



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE FEVEREIRO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Elio Rusch*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Partido Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Péricles de Mello*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*Bloco PPS/PMN ..... Douglas Fabrício*  
*Bloco PSB/PRB/PV ..... Pastor Edson Praczyk*  
*Bloco PTB/PR ..... Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 005**

### **5ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 03

Proposta de Emenda Constitucional 06

Ofícios ..... 07

Indicações ..... 07

Requerimentos ..... 09

Projetos de Lei ..... 15

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Professor Lemos ..... 16

Dep. Elton Welter ..... 16

Dep. Antonio Belinati ..... 17

Dep. Fernando Scanavaca ..... 19

Dep. Elio Rusch ..... 19

Dep. Péricles de Mello ..... 20

#### **Grande Expediente:**

Dep. Stephanes Júnior ..... 21

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto ..... 22

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli ..... 23

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 26

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 28

Discussão/Votação

Redação Final ..... 28

2ª Discussão ..... 29

1ª Discussão ..... 29

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 33**

### **DIÁRIO Nº 005**

### **5ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2009**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Carli Filho, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Professor Lemos, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Durval Amaral, Luiz Fernandes Litro, Pedro Ivo, Plauto Miró e

Reni Pereira (06).

Ausente a Sra. Deputada Luciana Rafagnin (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 002/09

Curitiba, em 04/02/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei dispondo sobre aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 19.620.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e vinte mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a aquisição de imóvel para instalações de estacionamento e de jardins da futura sede do Centro Judiciário.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancela-

mento de dotações da Chefia do Poder Executivo - CPE, das Secretarias de Estado da Cultura - SEEC, do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP e da própria Secretaria de Obras Públicas - SEOP.

Certo de poder contar com a atenção dessa Assembleia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, no valor de R\$ 19.620.000,00 (dezenove milhões, seiscentos e vinte mil reais), conforme anexo I desta lei.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme anexo II desta lei.

Art. 3º Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme anexos III e IV desta lei.

Art. 4º Fica procedida a alteração no Demonstrativo dos Repasses do Tesouro Estadual, conforme anexo V desta lei.

Art. 5º Fica alterado o Programa de Obras constante do anexo V da Lei Orçamentária nº 16032, de 29/12/08, conforme Anexo VI desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA		ANEXO I					R\$ 1,00
Cód	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr Fonte	ALO	Valor	N. do Proc COP
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS	45906100					
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1302	CONSTRUÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO		100	01	L	3.406.850	0011
			103	01	L	16.213.150	0011
<b>Total</b>						<b>19.620.000</b>	

CANCELAMENTO DE DESPESA		ANEXO II					R\$ 1,00
Cód	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr Fonte	ALO	Valor	N. do Proc COP
1100	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO						
1101	GABINETE DO SECRETÁRIO - CASA CIVIL						
1004	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR	45906500	125	01	L	793.000	0010
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS						
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1302	CONSTRUÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO	44905100	103	01	L	7.000.000	0010
5100	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA						
5102	DIRETORIA GERAL						
2273	ADMINISTRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO E INSERÇÃO CULTURAL	33404100	125	01	L	424.850	0010
		44403900	125	01	L	251.450	0010
		44405100	125	01	L	2.297.690	0010
		44405200	125	01	L	26.010	0010
5300	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL						
5302	DIRETORIA GERAL						
2305	GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	33404100	125	01	L	800.000	0010
		44405100	125	01	L	1.100.000	0010
		44405200	125	01	L	850.000	0010
5361	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS						
2494	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	33504100	125	01	L	2.000.000	0010
		44505100	125	01	L	3.500.000	0010
		44505200	125	01	L	277.000	0010
		44904200	125	01	L	300.000	0010
<b>Total</b>						<b>19.620.000</b>	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Processo	
1113.02.12	Imp. s/ Oper..Relat. à Circ. de Merc. e s/ Prest. de Serv. de Transp. Interes. e Interm. e de Comun. - Parc. Estad.	100	01	4.258.563	0011	
1721.99.01	Auxílio aos Estados Exportadores	103	01	9.213.150	0011	

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO III				R\$ 1,00
9113.02.12	Dedução de Receita de ICMS para a Formação do FUNDEB	100	01	851.713-	0011	
<b>Total</b>				<b>12.620.000</b>		

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO IV				R\$ 1,00
Cód	Especificação	Fonte	Gr Fonte	Valor	Processo	
2211.99.00	Receita de Outros Títulos	125	01	12.620.000	0010	
<b>Total</b>				<b>12.620.000</b>		

REDUÇÃO DOS REPASSES		ANEXO V				R\$ 1,00
Cód	Especificação	Valor		Processo		
5361	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOURO	6.077.000		10		
<b>Total</b>		<b>6.077.000</b>				

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI					R\$ 1,00
Cód	Especificação	Fonte	Gr. Fonte	ALO	Valor	Processo	
1100	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	125	01	L	793.000	0010	
1181	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR						
1803	OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E RESÍDUOS SÓLIDOS - SANEPAR						
990	ESTADO						
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, total- izam neste Projeto R\$ 793.000,00						
3300	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS	103	01	L	7.000.000	0010	
3301	GABINETE DO SECRETÁRIO						
1302	CONSTRUÇÃO DO CENTRO JUDICIÁRIO						
280	Curitiba						
0001	Construir o Centro Judiciário de Curitiba e elaborar os estudos e projetos referentes à obra						
5100	SECRETARIA DE ESTADO DA CUL- TURA						
5102	DIRETORIA GERAL						

CANCELAMENTO DE OBRAS		ANEXO VI				R\$ 1,00
2273	ADMINISTRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE AÇÃO E INSERÇÃO CULTURAL					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 2.650.000,00	125	01	L	2.297.690	0010
5300	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL					
5302	DIRETORIA GERAL					
2305	GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 1.290.000,00	125	01	L	1.100.000	0010
5361	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEAS					
2494	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					
990	ESTADO					
5000	As Obras detalhadas no Anexo VII, totalizam nesta Atividade R\$ 3.960.000,00	125	01	L	3.500.000	0010
<b>Total</b>		<b>Tes.</b>		<b>L</b>	<b>14.690.690</b>	

## Proposta de Emenda Constitucional

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º A Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescida do artigo 147-A que dispõe:

“Art. 147-A A exceção do disposto no artigo 155, parágrafo 2º, XII, ‘g’, Constituição Federal, os incentivos e benefícios fiscais e creditícios serão outorgados a empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter postos formais de trabalho.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoiamento:

Alexandre Curi, Artagão Júnior, Teruo Kato, Miltinho Pupio, Luiz Eduardo Cheida, Carlos Simões, Marcelo Rangel, Antonio Anibelli, Edson Strapason, Dobrandino da Silva, Rosane Ferreira, Waldyr Pugliesi, Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Stephanes Júnior, Cida Borghetti, Douglas Fabrício, Jonas Guimarães, Antonio Belinati, Fábio Camargo, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi, Jocelito Canto, Luiz Nishimori, Dr. Batista, Beti Pavin, Felipe Lucas e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

Com o advento da Constituição Federal de 1988, houve um fortalecimento dos Estados e Municípios e

consequentemente transferência de maior fatia do bolo tributário. A consequência disso foi uma maior autonomia das unidades federadas, que passaram a legislar sobre suas fontes de receita.

E essa maior liberdade fiscal foi um dos elementos propulsores da chamada “guerra fiscal”, termo utilizado para definir a competição tributária. Por “guerra fiscal” entende-se a disputa entre as Unidades Federadas para atrair à sua esfera de domínio investimento e/ou receita tributária oriundos de outros Estados.

O fenômeno guerra fiscal abrange políticas públicas pautadas em benefícios fiscais, financeiros e creditícios, que buscam atrair desenvolvimento para um Estado em detrimento de outras UF, ou seja, estas ações mostram que, enquanto um Estado se beneficia, gera algum prejuízo para outro.

Esta “guerra” gera conflitos na Federação. No curto prazo, o Estado que deflagra a guerra se beneficia. No longo prazo, a generalização do conflito faz com que os ganhos iniciais desapareçam, pois os incentivos fiscais perdem o seu poder de estímulo e se transformam em meras renúncias de arrecadação; além disto, os Estados que mais perderão serão os mais pobres, que, curiosamente, são os que mais concedem incentivos, uma vez que, paralelo ao desenvolvimento atraído para o seu território, desencadeia-se a contrapartida natural, ou seja, o crescimento das demandas por serviços públicos, tais como: educação, saúde, transporte, segurança, saneamento básico, entre outras despesas provenientes do crescimento populacional e da elevação da renda *per capita*.

As justificativas para tal prática sob a ótica do administrador público, são: a geração de empregos e renda; o aumento do valor adicionado ao longo das cadeias produtivas, devido à maior transformação industrial e, ainda, o aumento da receita tributária futura.

Certo é, portanto, que o Estado abre mão de sua arrecadação para ter em contrapartida os investimentos capazes de trazer melhoria de vida à população local.

Sucedem, porém, que com o advento da crise mundial - colapso do sistema financeiro mundial, a maioria das empresas que aqui se instalaram, e que para isso receberam incentivos fiscais, trilham o caminho mais fácil para a solução de seus problemas financeiros, e elegem como primeira opção para o enfrentamento dessa crise o fechamento de postos de trabalho, ou mesmo a diminuição de investimentos locais.

Por isso, necessário criem-se mecanismos que dificultem práticas que tais, de forma a evitar que o Estado do Paraná, no futuro, sofra com a falta de instrumentos capazes de protegê-lo da ganância e do sonho do lucro fácil.

## Ofícios

Sob o nº CEE/CC nº 471/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC nº 487/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 023/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/Nº 003 do Sr. Fernando Antônio Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 641.016,17, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE), competência dezembro de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/Nº 099 do Sr. Fernando Antônio Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 250.000,00, referente Inclusão Produtiva, objeto do Termo de Convênio nº 1110/MDS/2005. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob Ofício Circular/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/Nº 099 do Sr. Fernando Antônio Brandão - Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado do Paraná, no valor de R\$ 84.066,90, referente ao Programa Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE), competência setembro e outubro de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 002/09

Curitiba, em 10/01/09.

Senhor Presidente:

Através do presente, comunico à V. Exa. que em virtude de compromissos com lideranças políticas de oito Municípios da Região Vale do Ivaí (Arianha do Ivaí, Ivaiporã, Lidianópolis, Faxinal, Rosário do Ivaí, Marilândia do Sul, Cambira e Kaloré), precisei ausentar-me das Sessões Plenárias realizadas nesta Casa de Leis no dia 04 de fevereiro do corrente ano.

Sem mais para o momento, agradeço pela atenção e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 10/02/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico à V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, devido a estar convocado pela Executiva Nacional do PRB em Brasília, para participar da 1ª Reunião com os Presidentes Estaduais do PRB no Brasil - 2009.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

## Indicações

INDICAÇÕES Nº 075/09

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao Município de Maringá, cinco (05) unidades da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, e dá outras providências.

O Deputado que subscreve a presente Indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao Município de Maringá de cinco (05) unidades da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

Maringá possui 64 equipes de Saúde da Família e quer aprimorar esse atendimento em parceria com o Governo do Estado e o seu projeto de construção da Clínica da Mulher e da Criança.

Essa solicitação seria para atender os bairros de Quebec, Pinheiros, Zona Sul, Iguaçu e Iguatemi. Essas

clínicas já passaram pela aprovação da Regional de Saúde de Maringá para um trabalho em conjunto.

Mais: O Município de Maringá, solicita ainda, Recursos do PAC de Saúde Estadual, para aplicação na melhoria do seu Hospital Municipal.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### INDICAÇÃO Nº 076/09

##### SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que estenda o prazo para regularização dos diplomas do Programa de Capacitação para Docentes ofertados pelo IESDE/VIZIVALE aos professores concursados para a rede estadual de ensino.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos requerer ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED que estenda o prazo, até ao final do período de estágio probatório, para a regularização dos diplomas do Programa de Capacitação para Docentes ofertados pelo IESDE/VIZIVALI aos professores concursados e que estão tomando posse na rede estadual de ensino.

O Programa Especial para Capacitação de Docentes, oferecido pela Fundação Faculdade Municipal Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALE e a Inteligência Educacional e Sistema de Ensino - IESDE Brasil S/A, era válido como graduação e oferecido na modalidade semipresencial. Criado em 2002, a instituição recebeu parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE). Em 2003, o programa foi reavaliado pelo CEE e mantido por mais dois anos. Já em 2006, o Conselho emitiu um parecer restringindo a certificação. Em seguida, decidiu que o Estado não teria competência para autorizar a oferta de um programa na modalidade semipresencial, invalidando os diplomas, o que deu origem a toda a polêmica.

Uma comissão especial foi criada por integrantes da Assembléia Legislativa, Conselho Estadual de Educação, Secretarias de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia para tentar uma solução no impasse da regularização dos diplomas dos mais de 35 mil professores que concluíram o Programa, sobretudo aqueles que atendem aos requisitos previstos na legislação educacional, ou seja, professores que se encontravam em exercício no período de realização do Programa.

Neste sentido, entendemos que a situação irregular destes professores poderá ser resolvida dentro de algum tempo, sendo pertinente a aceitação provisória do certificado de conclusão de curso para posse e exercício no cargo público, tendo o servidor o período de estágio probatório para regularizar sua situação.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoio: Péricles de Mello

#### INDICAÇÃO Nº 077/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares ao Município de Anahy, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Anahy na liberação de 03 (três) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Anahy, situado na Região Oeste do Paraná, necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar e não conta com recursos para tal. A aquisição destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisavam de atendimento educacional.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

#### INDICAÇÃO Nº 078/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares ao Município de Campo Bonito, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Campo Bonito na liberação de 03 (três) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Campo Bonito, situado na Região Oeste do Paraná, possui um grande contingente de alunos residentes na área rural do Município e necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar. Dos cerca de 1 mil e 100 alunos da educação básica neste Município, mais de 60% são da rede estadual de ensino. A aquisição destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS



## INDICAÇÃO Nº 079/09

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de cinco ônibus escolares ao Município de Diamante do Sul, através do Programa de Transporte Escolar - PTE.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Município de Diamante do Sul na liberação de 05 (cinco) ônibus escolares através do Programa de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Diamante do Sul, situado na Região Centro do Paraná, conta com mais de dois terços de sua população residente na área rural do Município e necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar. A aquisição destes ônibus escolares irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, pois o mesmo encontra-se em grandes dificuldades financeiras, sem recursos próprios para tal.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

## INDICAÇÃO Nº 080/09

## SÚMULA:

Propõe construção de um observatório ecológico no Parque Estadual de Vila Velha.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado dirige-se à V. Exa, Sr. Governador do Estado do Paraná, para reivindicar o seguinte:

I - A construção de um observatório ecológico no Parque Estadual de Vila Velha, localizado no Município de Ponta Grossa/PR.

II - Isto posto, justifica-se a presente indicação, na contribuição para o desenvolvimento do turismo na Região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

## INDICAÇÃO Nº 081/09

## SÚMULA:

Propõe a reativação do elevador de furnas no Parque Estadual de Vila Velha.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado dirige-se à V. Exa, Sr. Governador do Estado do Paraná, para reivindicar o seguinte:

I - A reativação do elevador de furnas no Parque Estadual de Vila Velha, localizado no Município de Ponta Grossa/PR.

II - Isto posto, justifica-se a presente indicação, na contribuição para o desenvolvimento do turismo na Região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) MARCELO RANGEL

## Requerimentos

## REQUERIMENTO Nº 174

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa, que sejam autorizadas todas as medidas administrativas necessárias para a realização de Audiências Públicas da Comissão de Saúde, denominadas Encontros Regionais, nas 22 Regionais de Saúde do Estado, requisitando o apoio dos serviços de cerimonial, taquigrafia, transporte, hospedagem, assessoria de imprensa, assessoria técnica, desta Casa.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Para a realização destas Audiências, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa necessitará da utilização da estrutura administrativa desta Casa Legislativa, como acima explanado.

## REQUERIMENTO Nº 173

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene Comemorativa aos 55 anos de fundação da Rede Feminina de Combate ao Câncer, no dia 19 de março, quinta-feira, das 9h às 17h, no Plenário.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a solenidade para comemorar os 55 anos de fundação desta entidade, prestando um justa e merecida homenagem às voluntárias que atuam no Hospital Erasto Gaertner, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido no atendimento aos pacientes e seus familiares.

Nesta data haverá uma programação com a realização da Assembleia Geral, com apresentação de vídeo institucional com as ações e prestação de contas da entidade, palestras e homenagens.

## REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada da pauta do Projeto de Lei nº 489/08, item 08, para ser enviado a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, para receber análise e parecer.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ROSANE FERREIRA

**REQUERIMENTO Nº 157**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 09 de fevereiro do corrente ano, por compromisso assumido no Município de Cascavel, abertura do Show Rural COOPAVEL.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

**REQUERIMENTO Nº 188**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a utilização do plenarinho no dia 04 de março, no período das 10h às 12h, para a realização da Palestra sobre Medicina Preventiva, para os funcionários deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) DR. BATISTA

**REQUERIMENTO Nº 156**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Isabel Malaquias, ocorrido no dia 08/02/09, no Município de Santana do Itararé/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu esposo, Francisco Malaquias da Silva.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta dada é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e aos amigos.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser da Sra. Maria Isabel Malaquias.

Poderei começar falando de uma mãe repleta de doçura que com muito esmero, disciplina, criou seus oito filhos: Natália, Lourdes, Maria Aparecida, Maria José, Lázara, Vera Lúcia, Pedro e Francisco Filho.

Ou de uma esposa companheira e amiga. Casada com o Sr. Francisco Malaquias da Silva que juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Também daria para refletir sobre o fato dela ser uma mulher trabalhadora que lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agricultora e paralelamente dona-de-casa.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-la, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, caráter e retidão. Todos com certeza, sentirão amargamente a ausência de dona Maria Isabel, que acima de tudo foi uma grande amiga.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

**REQUERIMENTO Nº 168**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Rosalino Bisinella, ocorrido no dia 10/02/09, no Município de Campo Bonito/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Maria Bisinella.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Rosalino Bisinella deixou consternada toda a população de Campo Bonito. Um dos pioneiros do Município, que deixará em todos dor e saudade irreparáveis.

As pessoas que conviveram com o Sr. Rosalino são testemunhas da sua benevolência e integridade. Foi uma pessoa alegre, amiga, sempre tratando a todos com muito carinho e respeito.

Homem trabalhador, tirava da terra o seu sustento e de sua família. Uma luta diária para superar as dificuldades e criar com muito esmero e disciplina seus cinco filhos: Nair, Nelson, Nilva, Idione e Ângela.

Todos, com certeza, sentirão a sua ausência. Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares, rogando a Deus que conforte e ampare a todos.

Aceite os nossos sinceros sentimentos.

**REQUERIMENTO Nº 175**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa representativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Waldemiro Bley Junior.

Requer mais que da manifestação proposta sejam dados conhecidos à família enlutada e ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O professor Waldemiro Bley Junior, falecido no final do mês passado em Curitiba, foi um dedicado pesquisador da formação histórica do Paraná, estudando em especial a contribuição da etnia alemã para o povoamento de nossa terra, a partir do núcleo inicial de Rio Negro -

onde se radicou a família Bley, tronco de um amplo grupo populacional paranaense.

Os estudos do professor Bley Junior, inclusive, fundamentam o acervo técnico das comemorações dos 180 anos da imigração alemã no Paraná, marcados para o próximo dia 19 de fevereiro.

Entre os diversos livros sobre arqueologia e história deixados pelo ilustre homenageado destacam-se ainda ensaios depositados nas bibliotecas do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba, do Centro de Letras do Paraná e de diversas outras instituições científicas e culturais que ele abrilhantava com sua presença. Casado com dona Terezinha Bley, o professor Bley Junior deixa filhos e netos, com sua pranteada morte aos 79 anos de idade.

#### REQUERIMENTO Nº 159

Senhor Presidente:

A Festa do Peão Boiadeiro é realizada todos os anos no pujante Município de Douradina, atraindo milhares de pessoas em seus quatro dias de realização. Queremos parabenizar por isto o Prefeito José Carlos Pedroso, o Vice-Prefeito Carlos Torisco e o Sr. Rubens Gazin, Presidente da FEPEINA.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

#### REQUERIMENTO Nº 161

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondências ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Moacyr José Vitti, enviando-lhe votos de congratulações em razão do lançamento da Campanha de Fraternidade de 2009.

O tema escolhido é a violência e, consequentemente, a desestruturação familiar. A igreja deliberou discutir esse tema diante de pesquisa realizada junto a comunidade católica brasileira. Constatou-se a importância do assunto para as comunidades.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 169

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Sr. Hermas Eurides Brandão pela posse na Presidência do Tribunal de Contas do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Hermas Eurides Brandão pela posse na Presidência do Tribunal de Contas do Paraná, levando seu vasto conhecimento na área pública, depois de ter exercido cargos de Prefeito, Secretário de Estado e Deputado Estadual, presidirá uma corte tida

como referência no País, administrando os recursos humanos, materiais, tecnológicos, orçamentários e financeiros, mas sobretudo, representará o Tribunal de Contas do Paraná perante os Poderes da União, dos Estados, Municípios e demais autoridades, comandando também as sessões do Tribunal Pleno, onde orientará os trabalhos e dará, se preciso, o voto de desempate no julgamento dos processos.

#### REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Spa Odontológico Van Der Broocke.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Spa Odontológico Van Der Broocke, na pessoa de sua proprietária Dra. Camile Baptista Van Der Broocke, que tem no seu Spa Odontológico a preocupação constante com a estética, sendo uma clínica preparada com equipamentos de última geração e trabalha com associados que possuam grau de profissionalismo em suas respectivas áreas de atuação. Oferece uma estrutura de reabilitação oral com serviços de estética, prótese, periodontia e implantes dentários, ortodontia e tratamento de canal.

#### REQUERIMENTO Nº 171

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Antonio Carlos Basílio da Silva.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Antonio Carlos Basílio da Silva, que foi conduzido a função de 2º Secretário da Diretoria do Rotary Club Portão, pelo espírito de generosidade solidária, por ajudar os menos privilegiados e mais necessitados, resolvendo centenas de questões sociais e humanitárias, desenvolvendo bons sentimentos por ações voluntárias e fomentando em seus Pares o sincero desejo de compartilhar entusiasmo e solidariedade na promoção de um bem maior que é a dedicação ao próximo.

#### REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Padre Armelindo Costa.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Padre Armelindo Costa, Sacerdote da Paróquia de São José no bairro de Santa Felicidade, que dirige este local sagrado, determinado a

cuidar de seus fiéis, para onde, por devoção, acorrem pessoas de todas as regiões, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 *E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles*. Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, Padre Armelindo demonstra em todos os momentos toda sua dedicação e amor ao próximo.

#### REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente:

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, votos de louvor e congratulações ao Dr. Marcelo de Araújo Cosendey.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(aa) NEY LEPREVOST, EDSON STRAPASSON,  
ROSANE FERREIRA E DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Marcelo de Araújo Cosendey, graduado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com residência médica em Saúde Coletiva e mestrado em Política, Planejamento e Administração em Saúde pela mesma universidade, especializado em Medicina Tradicional Chinesa pelo Instituto de Acupuntura e gerente de risco do Projeto Hospital Sentinela do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, em colaboração com a ANVISA, tradutor médico da língua inglesa, representa a classe médica com dedicação e empenho, aplicando todo seu conhecimento em prol da comunidade.

#### REQUERIMENTO Nº 163

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Secretário Estadual de Segurança Pública Luiz Fernando Delazari, solicitando a instalação de Batalhão da Polícia Militar no Município de Francisco Beltrão/PR.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Por solicitação da Câmara Municipal de Francisco Beltrão/PR, estamos penhorando nosso apoio a instalação de Batalhão da Polícia Militar na Cidade de Francisco Beltrão/PR, pelos motivos a seguir expostos.

Com a instalação do Centro de Detenção e Ressocialização e do Hospital Regional, houve um crescimento gradativo do fluxo de pessoas e veículos no Município. Com efeito indesejado deste crescimento, houve um aumento da violência, da criminalidade e dos acidentes de trânsito.

Nossa preocupação é proporcionar a população níveis de segurança mais adequados a esta nova realidade. Com a instalação do Batalhão, o atendimento realizado pela PM será mais rápido e eficiente, e os beltronenses se sentirão mais protegidos com a nova sede.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares a esta antiga reivindicação da comunidade, reforçada agora pelo crescimento da população flutuante da cidade.

#### REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Exmo. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Secretário Especial de Assuntos Rodoviários Rogério Walbach Tizzot, solicitando a duplicação, com a maior brevidade possível, da PR 483, principalmente do trecho entre o Trevo da Alvorada até as proximidades do Posto Panorâmico.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A PR-483 é a principal via de chegada e saída da cidade de Francisco Beltrão/PR.

Os beltronenses já lamentaram a perda de inúmeras vidas nesta rodovia. Não temos estatística oficiais, mas são muitas as famílias que choraram a perda de entes queridos, sem que até a presente data providências efetivas e definitivas fossem tomadas. Trata-se de rodovia de trânsito intenso e sem acostamento, o qual desapareceu após a construção da terceira faixa, anos atrás.

O trecho de estrada entre o Trevo da Alvorada até as proximidades do Posto Panorâmico merece atenção especial. Fica nas proximidades de Francisco Beltrão, com intenso fluxo de veículos pequenos e grandes, incluindo motocicletas, bicicletas e pedestres, que trabalham e estudam na UTFPR, no Conjunto Industrial e na Casa de Custódia.

A par das inúmeras reivindicações para melhorias na PR-483, o trecho destacado é considerado pela população especialmente carente, ensejando sua urgente duplicação, com grandes acostamentos e redutores de velocidade.

Trata-se de desesperado grito de alerta da comunidade, cansada de ver tantas vidas interrompidas de forma abrupta e trágica, motivo pelo qual finalizamos certos do apoio de nobres Pares, em atendimento a ofício a nós encaminhado pela Câmara Municipal de Francisco Beltrão/PR.

#### REQUERIMENTO Nº 176

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício a Exma. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, solicitando que determine a nomeação dos professores que apresentaram Certificado de Graduação do Programa de Capacitação para Docentes IESDE/VIZIVALE, e foram aprovados no Concurso do Estado de 2007 ou no

Processo Seletivo Simplificado, enquanto aguardam a regularização dos diplomas.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Professor Lemos

JUSTIFICATIVA:

O Programa Especial de Capacitação para Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil foi implantado em 2002 pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALE), em parceria com empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE). Cerca de 35 mil alunos, entre professores e estagiários, concluíram o processo e aguardam a regularização dos diplomas.

Do total de alunos, aproximadamente 12 mil estavam no exercício efetivo do magistério, conforme requisito do Conselho Estadual de Educação, para inscrição no programa.

Pode-se que a Secretaria aceite a inscrição desses profissionais, no quadro de professores do Estado, e assegure a vaga durante o estágio probatório de três anos. Temos certeza que nesse período a situação será regularizada.

Como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, sou responsável pela comissão especial formada para buscar uma solução definitiva para o caso. Depois de várias reuniões com os setores envolvidos no processo, definiu-se por uma complementação para o programa.

Prefeitos paranaenses também enfrentam problemas com o atraso na regularização dos diplomas, pois muitos professores foram contratados apresentando apenas o certificado de conclusão do programa. O caso foi defendido junto ao Tribunal de Contas do Estado, para que os Prefeitos não fossem penalizados pela falta do diploma na contratação desses profissionais.

O processo de regularização dos diplomas está sendo concretizado pelo Conselho Estadual de Educação em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Educação.

#### REQUERIMENTO Nº 177

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando que determine a nomeação dos professores que apresentaram Certificado de Graduação do Programa de Capacitação para Docentes IESDE/VIZIVALE, e foram aprovados no Concurso do Estado de 2007 ou no Processo Seletivo Simplificado, enquanto aguardam a regularização dos diplomas.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoioamento:

Professor Lemos

JUSTIFICATIVA:

O Programa Especial de Capacitação para Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil foi implantado em 2002 pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALE), em parceria com empresa Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino (IESDE). Cerca de 35 mil alunos, entre professores e estagiários, concluíram o processo e aguardam a regularização dos diplomas.

Do total de alunos, aproximadamente 12 mil estavam no exercício efetivo do magistério, conforme requisito do Conselho Estadual de Educação, para inscrição no programa.

Pode-se que o Governo aceite a inscrição desses profissionais, no quadro de professores do Estado, e assegure a vaga durante o estágio probatório de três anos. Temos certeza que nesse período a situação será regularizada.

Como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, sou responsável pela comissão especial formada para buscar uma solução definitiva para o caso. Depois de várias reuniões com os setores envolvidos no processo, definiu-se por uma complementação para o programa.

Prefeitos paranaenses também enfrentam problemas com o atraso na regularização dos diplomas, pois muitos professores foram contratados apresentando apenas o certificado de conclusão do programa. O caso foi defendido junto ao Tribunal de Contas do Estado, para que os Prefeitos não fossem penalizados pela falta do diploma na contratação desses profissionais.

O processo de regularização dos diplomas está sendo concretizado pelo Conselho Estadual de Educação em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministério da Educação.

#### REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário seja endereçado expediente à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária da Educação, solicitando urgentes providências visando a construção de calçada ao redor do Colégio Cléia Godoy Fabrini da Silva, de Londrina. Também está sendo pleiteada a cobertura da quadra poliesportiva do mesmo colégio.

A falta da calçada causa frequentes transtornos para a direção, professores e funcionários da escola, principalmente nos dias chuvosos. Também a falta de cobertura na quadra é outro sério problema, tanto quando chove como quando o sol é muito forte. Fica impraticável ministrar aula de educação física ou realizar competições esportivas. O colégio merece ser atendido com a execução das obras que estamos solicitando.

Requeiro que a decisão dessa Casa de Leis seja comunicada à diretora Josiane de Fátima Toncovith Arakawa.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, convidando sua Exa. para falar ao Plenário desta Casa de Leis sobre os investimentos do Governo Federal no Paraná, através do PAC - Plano de Aceleração do Crescimento.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 162

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Ministro das Cidades, Exmo. Sr. Márcio Fortes, solicitando do mesmo a viabilização dos recursos para o asfaltamento da via principal do Distrito do Vale Azul, no Município de Sarandi/PR.

Trata-se de reivindicação antiga da comunidade que, em dias de chuva, tem dificuldades de deslocamento para o trabalho e para as escolas.

É preciso destacar que o terreno em declive exige o tratamento das águas pluviais, haja vista que a chuva sempre acaba levando o cascalho colocado no local.

Segue anexa matéria veiculada no jornal "O Diário" de Maringá, mostrando o abandono sentido pelos moradores da localidade.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM ao Dr. Rafael Iatauro, Secretário Chefe da Casa Civil e ao Governador Roberto Requião após ouvido o duto Plenário, informar:

- Quantas e quais são as Secretarias Especiais, existentes na Administração Pública Estadual? Juntar os respectivos atos administrativos que formalizaram a criação das mesmas.

- Onde estão localizadas (endereço) e a qual ente da Administração Pública estão vinculadas?

- Qual a finalidade de interesse público que motivou a criação de cada uma das Secretarias Especiais e por

quanto tempo? Qual a função dos respectivos titulares e quem são eles?

- Qual a estrutura administrativa e funcional de cada uma das Secretarias Especiais?

- Qual o orçamento anual de cada uma, onde estão alocados os recursos e quais as respectivas rubricas orçamentárias?

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, GERALDO CARTÁRIO E DOUGLAS FABRÍCIO

#### REQUERIMENTO Nº 185

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM a Secretária de Estado da Educação, Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, após ouvido o duto Plenário, informar relativamente aos 22 mil televisores multimídia adquiridos para as escolas estaduais, o que segue:

1 - Por que a SEED solicitou, em 07/08 a compra de 12.190 pen drives e no respectivo pregão eletrônico, realizado em dezembro do mesmo ano, foram adquiridas 22 mil e 790 unidades?

2 - Qual empresa vencedora da licitação, qual o valor unitário e o valor total do novo lote de pen drives adquirido? Qual a especificação técnica dos equipamentos adquiridos?

3 - A empresa vencedora já entregou a mercadoria? Em caso afirmativo, qual o critério de distribuição deste equipamento, haja vista que o número de professores no estado é muito superior ao dos pen drives adquiridos? Os professores contemplados já receberam o novo equipamento?

4 - Por que a SEED efetuou a compra de um novo lote de pen drives sendo que todos os professores da rede pública estadual já haviam recebido os equipamentos anteriormente adquiridos em número de 60 mil em 09/07?

5 - Quanto aos televisores multimídia, todas as unidades já foram entregues nos colégios da rede pública de ensino? Informar quais os colégios que já receberam as TVs laranja e quantas unidades cada uma? Todas as TVs entregues já estão em funcionamento?

6 - E, por fim, ainda existem TVs em estoque, aguardando entrega? Quais as escolas que não receberam, ou receberam TVs em número insuficiente e qual o prazo final para conclusão da entrega do equipamento multimídia para equalização, no Estado, da utilização deste novo instrumento para aprendizagem.

Sala das Sessões, em 10/02/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA, ADEMAR TRAIANO, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, GERALDO CARTÁRIO E DOUGLAS FABRÍCIO

## Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 024/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Determina que os servidores públicos do Estado do Paraná, cartórios judiciais e extra judiciais, são obrigados a residir nos Municípios onde estão lotados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/09

(a) GERALDO CARTÁRIO

### JUSTIFICATIVA:

O autor do projeto em questão, pretende com a medida tornar obrigatória a residência do cartório na cidade onde trabalha, visto que atualmente muitos moram em uma cidade e trabalham em outra.

Com a aprovação do projeto, certamente teremos uma melhoria no atendimento, beneficiando, desta forma, toda a população paranaense.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 025/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 14231 de 26/11/03, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A designação de diretores, diretores auxiliares e documentadores da rede estadual de educação básica do Paraná é competência do Poder Executivo, a qual fica delegada nos termos desta lei, à comunidade escolar, mediante consulta a ser realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de ensino.”

Art. 2º Acrescenta parágrafo 1º ao artigo 2º da Lei nº 14231, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Na eleição dos documentadores, os votantes serão somente os professores do estabelecimento de ensino, onde será realizada a eleição.”

Art. 3º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 7º da Lei nº 14231, passando a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Os candidatos a diretor ou a diretor auxiliar ou documentador escolar somente poderão ser registrados em um único estabelecimento de ensino.”

Art. 4º Fica alterado o artigo 13 da Lei nº 14231 de 26/11/03, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O candidato a diretor, a diretor auxiliar e documentador que se sentir prejudicado com o resultado da consulta poderá interpor recurso, no prazo de 48

(quarenta e oito) horas contadas a partir da divulgação do resultado, perante a Comissão Eleitoral, que encaminhará ao Núcleo Regional de Educação.”

Art. 5º Fica alterado o artigo 20 da Lei nº 14231, de 26/11/03, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. O diretor, diretor auxiliar ou documentador escolar poderão ser destituídos da função a pedido ou motivadamente, pelo Secretário de Estado da Educação, quando condenados por sentença criminal transitada em julgado e quando apenados administrativamente por suspensão, mediante o devido processo legal e garantindo-se os princípios da ampla defesa e do contraditório.”

Art. 6º Fica alterado o artigo 21 da lei nº 14231 de 26/11/03, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. O diretor, diretor auxiliar e documentador serão destituídos da função a pedido da comunidade escolar, mediante votação em plebiscito, convocado especialmente para este fim.”

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/02/09

(a) GERALDO CARTÁRIO

### JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa alterar a Lei nº 14231, a qual disciplina sobre a eleição de diretores e diretores auxiliares, incluindo a presente lei a eleição dos documentadores escolares.

A proposta pretende realizar a eleição dos documentadores juntamente com a dos diretores escolares, com uma única diferença, que no caso dos documentadores, os aptos a votar seriam apenas os professores do estabelecimento de ensino.

Considerando que esta proposição será importante a toda a comunidade escolar, pois a escolha dos documentadores se dará de maneira democrática, conto com o apoio dos nobres pares à sua aprovação.

### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Um reparo na ata, pois ela está dizendo que eu justifiquei a minha ausência na Sessão de ontem. Eu estava na Sessão de ontem e encaminhei um requerimento justificando a ausência do nobre colega Deputado Duílio Genari. Só para fazer um reparo, estando presente ficaria com falta.

Muito obrigado!

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A ata esclarece que não foi especificamente na Sessão de ontem, não diz quando foi. É um resumo.

### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Não pode constar na ata que faltei. Eu não faltei nenhuma Sessão.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Na ata original consta a sua presença.

## ***Pequeno Expediente:***

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor José Lemos.

### ***Deputado Professor Lemos (PT)***

O SR. PROFESSOR LEMOS

Boa-tarde, Presidente Nelson Justus. Boa-tarde aos demais Deputados e Deputadas e também aos que nos acompanham pela TV SINAL.

Estamos muito preocupados com um tema da Educação, a VIZIVALE, que já foi tema de grande debate aqui na Assembleia Legislativa durante o ano passado.

Srs. Deputados, já aprovamos uma lei estadual sob o comando de autoria do Deputado Péricles. Fizemos aqui um grande debate, uma Audiência Pública, que resultou uma comissão, com a presença de vários Deputados e Deputadas, de várias entidades, eu participo dessa comissão indicado pelos trabalhadores da Educação. Fomos a Brasília várias vezes, a última reunião foi dia 6 de novembro, com o Ministro da Educação, e ainda, não conseguimos resolver esse problema que é registrar os diplomas dos mais de 29 mil professores que fizeram esse curso. Vários professores fizeram concurso público nos Municípios, foram aprovados e estão nas carreiras municipais e na rede estadual também, estão trabalhando como estatutários e agora foram aprovados no concurso de 2007. Chamados para tomar posse no mês de janeiro e tomar exercício agora no mês de fevereiro, vários desses professores não puderam tomar exercício, porque não têm o seu diploma registrado.

Estamos, junto com o Deputado Péricles, apresentando um requerimento nesta Sessão, e pedindo o apoio de todos os Deputados e Deputadas, dirigindo esse requerimento ao Governador e à Secretária da Educação, no sentido de acolher esses professores, como já aconteceu nos concursos anteriores, tanto na rede estadual, quanto na rede municipal, e dar um tempo, que é o estágio probatório, para que apresentem neste período o diploma com o devido registro, porque estamos trabalhando nessa comissão que tem várias entidades, inclusive o Ministério Público está representado nessa comissão, temos vários Prefeitos. Já debatemos com o Tribunal de Contas, já debatemos aqui com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a Secretaria da Educação do Paraná, com o Ministério da Educação, mais precisamente com o Ministro da Educação, e solução vai ter em breve.

Agora, se impedirmos que esses professores que fizeram o concurso, foram aprovados, passaram pelo exame médico, tomem posse e resolvermos daqui a 60 dias esse problema, eles ficarão com prejuízo. Esses professores não foram os responsáveis pela demora do registro dos seus diplomas. Que sejam responsabilizados aqueles que, de fato, deram causa para que esses diplomas tivessem então os seus registros retardados.

Quero registrar a importante contribuição que deu o Deputado Caíto Quintana nesse debate, inclusive oferecendo emenda a esse projeto de lei que passou aqui na Casa. Há uma preocupação muito grande dos Deputados Caíto, Péricles, Professor Lemos, enfim, dos 54 Deputados desta Casa. Por isso, estamos voltando a esta tribuna para pedir o apoio de todos e o empenho do Executivo para a solução.

Para fechar, quero aproveitar para reforçar o convite ao show rural da nossa grande COOPAVEL, lá na nossa Cidade de Cascavel. Desde segunda-feira está com as portas abertas para receber o Paraná, o Brasil e o mundo, e gostaríamos de ter a presença de cada Deputado, de cada Deputada que ainda não passou por lá, que esta semana estivesse conosco lá no show rural.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu vou permitir, Professor Lemos, até com base no que conversamos na reunião da Mesa Executiva, hoje, como o tema é tão importante, embora V. Exa. esteja no Pequeno Expediente, que o Deputado Caíto possa lhe fazer o aparte, por se tratar realmente de um tema extremamente relevante. Portanto, V. Exa. tem o aparte, Deputado Caíto. Está de acordo, Deputado Elton Welter?

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Na verdade, Sr. Presidente, o Deputado Péricles vai abordar o assunto, o Deputado Lemos já colocou na tribuna, mas gostaria de lembrar que a emenda que permite a todos os frequentadores do curso terem seu diploma registrado é minha. Que esse assunto deve, com urgência, ser resolvido por quem de direito. Acredito que hoje está no Ministério da Educação. Apenas a devolução de dinheiro e registro não contribui em nada para que os professores que ficaram dois anos fazendo esse curso, agora, no final dele, sejam indicados para fazer mais dois anos. Isso é inadmissível, mas eu vou depois participar no pronunciamento do Deputado Péricles.

Obrigado.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo do Paraná.

O Professor Lemos, que nos antecedeu, se referia ao Show Rural na Cidade de Cascavel, e eu estive lá ontem. De fato, temos muitas novas tecnologias para propriedades de pequeno, médio e grande portes. É uma oportunidade para aprimorarmos o conhecimento, e se possível os pequenos, os médios e os grandes se adaptarem à realidade das novas tecnologias, para melhorar a renda no campo.



Particpei no dia de ontem, pela manhã, de um evento onde estiveram presentes muitas autoridades e, sem sombra de dúvida, Deputado Duílio, que lá esteve, é um evento que todos deveriam ir conhecer.

O Paraná é o Estado que é o maior produtor agropecuário e tem uma das maiores diversidades da agropecuária do Brasil. E o Show Rural, de fato, é relevante e marcante para o mundo. E lá, no dia de ontem, num momento recebemos uma comitiva de alemães que lá passavam, visitando o show.

Então, merece a atenção dos senhores, e quem puder visitar, realmente é um espetáculo no setor agropecuário, do agronegócio, e que merece a atenção de todos.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para ressaltar um projeto que merece a discussão ampliada deste Plenário, e para minha felicidade, no domingo passado no Globo Rural, se falava da questão ambiental, de como os produtores de minas rurais já são remunerados em determinada cidade por prestarem serviço ambiental.

Não é diferente na cidade de Nova Iorque. Já começou há muitos anos atrás, onde quem está na cabeceira de mananciais que abastecem centros urbanos, por cuidar dessa água, recebem pelos serviços prestados.

Está nesta Casa de Leis a criação do Instituto das Águas. Nós apresentamos o Projeto de Lei nº 543/08, que incentiva o desenvolvimento de ações de preservação ambiental pelos agricultores, pequenos familiares, médicos e grandes produtores do Estado do Paraná e dá outras providências.

Estamos instituindo o agricultor prestador de serviço ambiental, por exemplo, as águas que abastecem a cidade de Curitiba, tem várias lagoas, várias represas que abastecem, com custo alto de tratamento. Se nós instituímos uma política de fazer com que quem cuida das águas, quem tem animais, por exemplo, no campo, que esses animais não pisoteiem, não passem nessas águas, temos que achar um jeito de preservar para diminuir o custo do tratamento da água.

Esta temática, na minha visão, é moderna, é necessária e temos que achar um meio, seja pelo fundo de recursos hídricos, seja pelo fundo do meio ambiente, seja futuro Instituto das Águas, de remunerarmos o produtor que tem sua propriedade na cabeceira das águas que abastecem as Cidades do Paraná. Vejo como uma saída inteligente, preparando o futuro para termos águas de mais qualidade e com custo menor de tratamento.

Portanto, espero que haja um debate amplo desse projeto. Não temos pressa. Queremos que haja um debate consistente com os órgãos ambientais, com o órgão da agricultura do Estado do Paraná, com a Secretaria da Agricultura, com a COPEL, com a SANEPAR, com a Secretaria do Meio Ambiente, com o Governo do Estado.

Vejo que encampar esta proposta será uma proposta de política pública permanente, para que a água que vai chegar na torneira do cidadão urbano tenha o menos possível de tratamento químico, porque é cuidando lá na nascente, lá na roça, lá no sítio que vamos fazer com que

a propriedade seja valorizada, e o produtor rural vai cuidar com muito mais carinho daquela nascente, daquela água, na medida que receber por esse serviço prestado. É natural que tenha que haver o entendimento com o cidadão urbano, porque é ele que vai conservar e preservar.

Por isso queremos, neste projeto, fazer com que no futuro as águas que abastecem as Cidades, os rios, os riachos ou lagoas, sejam preservadas na sua nascente, achando uma forma, e esse projeto cria o prestador de serviço ambiental para quem as suas propriedades nas cabeceiras dos mananciais de águas que abastecem as Cidades.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Antonio Belinati. Informo V. Exa. que o seu tempo é de cinco minutos. Vai fazer uso da liderança também.

### ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Presidente, Deputada Cida Borghetti, Deputado Dr. Batista, Deputado Nishimori. Hoje Maringá tomou conta 100% do comando. A Mesa Diretiva hoje é toda comandada pela Cidade de Maringá.

Presidente, nobres colegas, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores que nos dão a honra de acompanhar as Sessões através da TV MERCOSUL e TV SINAL.

Conversava há pouco com o jornalista Azzolin, da Rede MERCOSUL, a respeito do turismo em nosso Paraná. Não tem tanta alternativa turística o Paraná, mas tem coisa que atrai turista de várias partes do planeta. São as Cataratas, Vila Velha, o passeio de trem para Morretes e Antonina. Mas, vamos falar sobre a importância de incrementar o turismo nesta hora de crise, porque o turismo é indústria sem chaminé e que pode render muito emprego e fazer circular muito dinheiro.

Presidente Cida Borghetti, está mudando para melhor, no Brasil, o respeito e o entendimento que a empresa tem que dar para o usuário, para o consumidor, para o cliente. Temos hoje, não em todo o País, não em todos os Municípios, mas já temos em alguns a possibilidade da pessoa que foi mal atendida, comprou um produto com defeito, de poder reclamar os seus direitos. E a própria Justiça, muitas vezes até o Tribunal de Pequenas Causas tem sido rápido, no sentido de determinar ao mal empresário a indenização ao cliente que se sentiu lesado. Portanto, Presidente, se de um lado houve esta melhora, há também alguma coisa que precisa ser melhorada.

Sra. Presidente, estamos na tribuna hoje para falar a respeito de uma empresa poderosa, muito grande, conceituada pelo público brasileiro, que é a Brastemp. Acho que é muito raro a família que, dentro do seu lar, não tenha algum eletrodoméstico da marca Brastemp. Refrigerador, lavadora de roupas, fogão a gás e vai por aí fora. Teve um tempo até que a minha filha Cíntia, quando precisava trocar algum eletrodoméstico, tinha que ser Brastemp.

Mas hoje, com o devido respeito, queremos fazer uma crítica. Porque a Brastemp é uma empresa tão grande, tão poderosa, ela está pecando. Vou contar aqui aos nobres colegas a história de um refrigerador da marca Brastemp, adquirido aqui no Paraná há pouco mais de um ano. Esse refrigerador deu defeito e, acionada a assistência técnica de Matinhos, o cliente foi informado que levaria mais de uma semana para a assistência técnica ir à casa dele para buscar o refrigerador para consertar, para buscar. Não quer dizer que levaria apenas uma semana para conservar. Bom, em se tratando de uma temporada de veraneio, quem vai estar num veraneio e ficar sem um refrigerador na sua casa? Então, foi acionada uma outra assistência técnica que, para dar uma meia boca nesse refrigerador, cobrou R\$ 160. Enquanto era feito o reparo, o cliente alugou um refrigerador, até baratinho, por R\$ 100. Cem com R\$ 160, 260 mais o aborrecimento, porque caberia à Brastemp, um refrigerador que não foi barato e com apenas um ano de uso, cabia a responsabilidade e o bom senso à direção da Brastemp de, quem sabe, substituir o aparelho! Ou será que você compra um refrigerador Brastemp para ter apenas um ano na sua casa e depois joga no lixo?

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PP***

Pois bem, posteriormente, novamente a mesma assistência da Brastemp foi novamente acionada para fazer o reparo em definitivo desse refrigerador e o preço cobrado foi de R\$ 1 mil 282! A Brastemp cobrou para consertar um refrigerador fabricado por ela - volto a repetir - será que você compra com certificado de duração de apenas um ano? No total, fora a dor de cabeça, fora os e-mails enviados para a direção da Brastemp, para a assistência técnica, custou a bagatela de R\$ 1 mil 542 o pagamento total do conserto de um refrigerador adquirido há pouco mais de um ano, e a direção da Brastemp tinha conhecimento, ela foi notificada através de vários e-mails.

É uma empresa poderosa e uma empresa respeitável? Sim! É uma empresa orgulho para o Brasil? Sim, mas vale lembrar que agora pipocou e falhou, não deu o respeito, não deu o atendimento que deveria ser dado, porque não se pode generalizar, houve uma falha, o produto foi mal fabricado ou já veio, quem sabe, com defeito de fábrica, porque para durar apenas um ano, o que é que uma empresa dessas deveria fazer? Dentro da nova sistemática de atendimento aos clientes em todo território brasileiro, a direção da Brastemp deveria, sim, ter substituído esse refrigerador! Para a empresa isso seria equivalente a meia dúzia de bananas, nenhum peso, não ia quebrar a Brastemp e com certeza o cliente continuaria falando bem dessa empresa poderosa. Agora, tomara que um dia a Brastemp peça desculpas e possa

continuar sendo respeitada, mas uma empresa que vende um aparelho e ele dura apenas um ano, e um aparelho que não ficou barato, essa empresa merece críticas, sim! Ela e todas as demais empresas, sejam elas fabricantes de rádio, televisão, refrigeradores, seja o aparelho que for, vendeu, está estragado, está com defeito, por que não troca? Ou vai esperar o cliente entrar com advogado, ou mesmo sem advogado no Pequenas Causas, tem que esperar dia de audiência, uma coisa tão pequena para um grupo tão poderoso, meu Deus do Céu!

Estamos vendo que essa nova filosofia de respeito ao usuário, ao consumidor, ao cliente, mudou para melhor no mundo todo. Então, quando há um desliz, uma patinada, quando há uma falha como essa, persistente da Brastemp de não responder por um defeito de um aparelho por ela fabricado, estamos aqui hoje para manifestar que o consumidor do nosso Paraná vai ter sempre o nosso apoio. Vamos brigar juntos, a boa briga, não a briga da violência, mas a briga do diálogo e da discordância sempre que um lojista, um industrial, um empresário não der ao cliente, ao consumidor, o bom atendimento e o respeito que todos nós merecemos. Para que esperar Juiz? Por que levar mais processos para o Poder Judiciário que já está abarrotado de ações com coisas pequenas? Poderia ter prevalecido o bom senso!

Volto a repetir, uma empresa tão grandiosa, tão poderosa, como seria bom poder chegar aqui nas rodas entre amigos e estar sempre enaltecendo o empresário, a indústria brasileira. Mas quando há esse tipo de mau atendimento, de falta de compreensão, talvez até de autoritarismo de quem poderia, na Brastemp, ter resolvido esse problema e não resolveu, estamos nessa contingência de estarmos na tribuna. Porque, meus senhores, um cliente gastar por culpa de um refrigerador estragado, que não presta, não é que os produtos da Brastemp não prestem, esse aparelho pelo menos já veio bichado, já veio estragado. Deveria ter sido substituído, porque um cliente, por culpa de um defeito de um refrigerador comprado há pouco mais de um ano, gastar R\$ 1 mil 542, aqui no Paraná, acho que está na hora, não só a Brastemp, mas de todos os empresários acordarem, despertarem, encararem a nova realidade que o mundo está vivendo em que deve se dar todo respeito e todo bom atendimento ao público consumidor. Caso contrário, lá na frente, isso abala a credibilidade de uma Brastemp, a credibilidade de todo e qualquer mau empresário que virar as costas e bater a porta na cara do seu cliente. Deu defeito? O produto deve ser trocado, sim!

Estamos aqui para defender e para lamentar esse péssimo atendimento da assistência técnica da Brastemp.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Fernando Scanavaca.

## ***Deputado Fernando Scanavaca (PDT)***

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria justificar ausência ontem, estive junto com o Deputado Elton Welter, Duílio Genari, na abertura do Show Rural, acompanhado do Senador Osmar Dias, que esteve na abertura e, com certeza, futuro Governador do nosso Estado, junto com o Prefeito Edgar Bueno do nosso partido, o PDT. Acho que todos nós paranaenses deveríamos estar lá no Show Rural para ver o que é a produção agrícola, a tecnologia que temos no nosso Estado. Tenho certeza que a agricultura do Paraná deve muito ao Show Rural, à COOPAVEL, através do seu Presidente e do Diretor. Tenho certeza que aqueles que visitam o Show saem de lá pensando que estão em outro País. Por isso quero dar os parabéns aos organizadores do show da COOPAVEL, o Show Rural.

Quero, também, dizer que a Região de Umuarama, neste final de semana, teve eleição da Associação dos Municípios de AMERIOS e foi muito prestigiada, inclusive com a presença do Vice-Governador Orlando Pesutti, do Deputado Federal Osmar Serraglio, do Secretário do Trabalho e Deputado Estadual Nelson Garcia, onde os Prefeitos da AMERIOS, num consenso que houve, acabou elegendo para Presidente da AMERIOS o Prefeito da Cidade Gaúcha, Vitor Leitão.

Tenho certeza que Vitor Leitão, à presidência da AMERIOS, vai fazer com que o seu trabalho, como fui o Presidente, quando Prefeito, por duas gestões da AMERIOS, tenho certeza que ele vai fazer com que os Municípios da AMERIOS se fortaleçam ainda mais. Uma das reivindicações, uma das suas bandeiras é a volta da linha aérea em Umuarama. Tenho certeza que, em parceria com a cidade de Maringá, vamos conseguir fazer com que volte.

Quero também registrar a grande Festa do Peão, que foi realizada neste final de semana na cidade de Douradina, do Prefeito Cabeção, do Vice-Prefeito Torisco e do Presidente da festa, o Sr. Rubens Gazin. Uma festa que tem crescido e que Colorado, realmente que é tida como a maior Festa do Peão do nosso Estado, acho que a partir desta realizada em Douradina vai ser páreo duro para que o Colorado possa superar Douradina.

Eram essas as minhas palavras, e queria mais uma vez registrar essa grande festa de Douradina.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch (DEM)***

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Na verdade íamos usar um dos horários na Sessão de ontem, porque chegou às nossas mãos um documento, através do Deputado Federal Eduardo Sciarra, que pediu para que nós aqui na Assembleia Legislativa, ao menos nos manifestássemos em relação àquilo que está acontecendo no Oeste do Paraná, mais precisamente na Cidade de Cascavel.

Srs. Parlamentares, ainda na semana passada usamos essa tribuna e fizemos um relato dos crimes bárbaros que têm acontecido no Oeste do Paraná. Fizemos referência àquela chacina que aconteceu na Cidade de Guaíra, depois daquele crime hediondo ocorrido na minha cidade, Marechal Cândido Rondon. São crimes que acontecem diariamente em uma das Cidades do Oeste do Paraná, como em quase todas as Cidades do Estado, que sabemos que também acontecem os crimes no Brasil inteiro.

Já falamos desta tribuna que a Região Oeste, principalmente entre Foz do Iguaçu e Guaíra, deveria receber um tratamento diferenciado na questão da Segurança Pública. Aí inclui-se também a Cidade de Cascavel, porque é o entroncamento das mais diversas rodovias que ligam o Paraguai via Foz do Iguaçu, Paraguai - Guaíra, Paraguai - Lago de Itaipu, Campo Mourão, vem para Curitiba, enfim é uma cidade de entroncamentos, até pela sua localização geográfica.

Não quero revelar o nome, até para preservar essa empresa de Cascavel, mas Srs. Deputados, essa empresa, em 2007 foi arrombada sete vezes. Todas essas ocorrências foram registradas na DP em Cascavel. Em 2008 ela foi arrombada três vezes.

Esse ano, nós não estamos no final de fevereiro, estamos em meados de fevereiro, essa empresa já foi arrombada três vezes. O que quer dizer isso? Que a Segurança tem que ser tratada de uma forma diferente no Estado do Paraná.

Alguns Deputados de Oposição, não sei qual dos Deputados, parece-me que o Deputado Douglas Fabrício apresentava um requerimento aqui na Casa, pedindo qual é o efetivo da Polícia Militar aqui no Estado do Paraná. Existem as vagas, mas precisamos saber quantas dessas vagas são preenchidas. O Governo anuncia que ele tem contratado inúmeros policiais. Mas, por outro lado, sabemos também que são inúmeros policiais que se aposentam e que saem da corporação. Existe uma defasagem muito grande.

A questão da Segurança preocupa toda a sociedade e todas as pessoas. Espero que o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, dê uma atenção melhor para a Segurança do nosso Estado.

O Governador do Estado, quando esteve aqui no início da legislatura, disse que havia vagas em presídios. Na Cidade de Cascavel estava publicado nos jornais que tem vagas, tem um espaço destinado para 140 detentos. Existem lá 320 detentos. Um excedente de 128% no sistema prisional só na Cidade de Cascavel.

Existe a Associação Comercial, a CIC de Cascavel, outras entidades, que estão conclamando, estão fazendo abaixo-assinado, pedidos para que esse Município e todos os outros Municípios do Oeste do Paraná, que o Governo do Estado dê uma atenção e possa voltar novamente à tranquilidade.

O Governo do Estado, sabemos que nunca vai solucionar 100% dos problemas, arrombamentos, assaltos sempre vão existir. Mas o Governo do Estado tem que fazer a sua parte. Não pode ficar de braços cruzados. É necessário, sim, colocar gente nas ruas, aumentar o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil, porque os crimes são constantes, não só nos grandes centros. Foz do Iguaçu, é conhecida como uma das cidades mais violentas do Paraná e do Brasil. Hoje Cascavel, praticamente, tem o mesmo número de crimes que acontecem em Foz do Iguaçu. E o que se faz em questão de Segurança? O que fazemos é atender a solicitação desses empresários, da Associação Comercial, das Lideranças políticas do Oeste do Paraná, para que o Governo do Estado dê uma atenção na questão da Segurança para a nossa região e para o Estado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

### ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Venho à tribuna da mesma forma que o Professor Lemos, para discutir mais uma vez a questão da VIZI-VALE. Estados recebendo uma série de telefonemas todos os dias, e-mails, pessoas revoltadas porque foram aprovadas no concurso para professor do Estado, e como os professores não têm diploma reconhecido pelo MEC, a Secretaria não contrata os professores.

Hoje pela manhã telefonei para o professor Romeu, que é o Presidente do Conselho Estadual de Educação, e neste momento ele está reunido com representantes da Secretaria Estadual da Educação, com a representante Secretária Lygia, da Ciência e Tecnologia, para aprofundar a problemática dos registros de diplomas. Estive lá com o Professor Lemos, Deputado Caíto Quintana, que inclusive é autor da emenda ao meu projeto de lei - não meu, mas de vários Deputados da base, aprovado por unanimidade nesta Casa. Estivemos várias vezes no Ministério e em novembro com o Ministro, com uma grande delegação paranaense em uma comissão formada pela Secretaria da Educação, Ciências e Tecnologia, e o Conselho Estadual de Educação para resolver esse problema. A solução que está sendo apontada é no sentido de que haja uma complementação feita pelos professores que estão no exercício efetivo do magistério, ou que estavam e fizeram o curso, uma complementação com uma determinada carga horária, que essa reunião de

hoje vai apontar um caminho para porcentagem da carga horária necessária, à distância, gratuita, para o registro dos diplomas.

Por todos os motivos, por tudo o que já discutimos aqui, e é bom lembrar que esta Casa fez uma moção de apelo assinada por todos os Deputados, ao Presidente da República e ao Ministro da Educação, para reconhecer o diploma. Entreguei a moção ao Ministro aqui em Curitiba, porque ele esteve na inauguração de uma escola com o nome da mãe do Governador Requião, e entreguei pessoalmente ao Ministro, moção que também foi encaminhada ao Presidente da República.

No Estado do Paraná são 54 Deputados, com o Professor Lemos da APP-Sindicato, uma comissão representativa formada aqui, o Conselho Estadual da Educação, a UNDIME do Paraná, envidando esforços para reconhecer os diplomas, e não é possível que as coisas não caminhem ou caminhem com tanta dificuldade. Está havendo um desgaste político e eu, inclusive, estou sofrendo um desgaste político, porque me empenhei tanto nesta luta dos professores e não vemos o resultado concreto para essa bandeira. Mas, continuo otimista e acho que temos mesmo que exigir que o Governador determine à Secretaria a contratação dos professores que passaram no concurso, que têm competência para tal, e bem lembrou o Professor Lemos que existe um período de três anos para o estágio probatório, e nada mais justo que esses professores sejam contratados no PSS, aguardando o registro do diploma.

Isso sucedeu nos vários Municípios, pois temos 300 Municípios no Paraná em que professores com esse mesmo diploma passaram no concurso, foram contratados pelos Municípios, alguns evoluíram na carreira e estamos negociando com o Tribunal de Contas para que não haja nenhuma sanção contra os Prefeitos que acolheram os professores.

Então, acho que a Secretária deve fazer a mesma coisa, com o aval do Governador. Essa é a vontade de toda a representação do povo do Paraná, não só da Assembleia, mas do Conselho Estadual de Educação. É a sugestão do professor Romeu e essa solução deverá vir de qualquer maneira.

Por isso, até me surgiu uma sugestão enquanto estava falando, vamos aprovar esses dois requerimentos hoje e poderíamos fazer uma moção de apelo para a Sessão de amanhã, que é um instrumento legislativo mais forte, assinado novamente por todos os Deputados e encaminhada ao Governador Requião, para que ele aceite o atestado de conclusão do curso da VIZIVALE, pelos motivos já elencados, para que os professores possam ter a mínima segurança, porque temos certeza absoluta que no prazo de três anos, no máximo, teremos a situação de todos esses professores regularizada, ou pelo menos daqueles milhares de professores que estavam no exercício efetivo do magistério quando fizeram o curso de boa-fé, um curso aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, que é um órgão do Estado, da sociedade paranaense.

Portanto, é o apelo que faço a todos os Deputados e me congratulo com o Professor Lemos, que é uma liderança importante da Educação na APP-Sindicato, para que tenhamos êxito nesse trabalho e nessa luta. Vim à tribuna apenas para falar sobre esse assunto, apresento requerimento junto com o Professor Lemos e amanhã uma moção de apelo assinada por todos os Srs. Deputados.

Obrigado, Sra. Presidente.

### ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passamos ao horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Stephanes Júnior.

### ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sra. Presidente desta Sessão, Deputada Cida Borghetti, Deputada Beti Pavin, Dr. Batista, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores.

Hoje dois temas me trazem à tribuna, sendo o primeiro deles um agradecimento ao Presidente Lula pelas palavras que ele proferiu sobre o seu Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a quem ele indicou e o julga uma pessoa preparada para disputar o Governo do Paraná e ser um bom Governador.

O Reinhold Stephanes, esse Ministro, tem uma bonita história, filho de agricultor na divisa do Paraná com Santa Catarina, em Porto União, e estudou numa escola agrícola, estudou no CEFET aqui em Curitiba, Universidade Federal, passou num concurso na Prefeitura de Curitiba e foi 1º Secretário de Finanças do Ivo Arzua, com 25 anos. O Ivo Arzua foi uma espécie de padrinho dele, gostou da sua capacidade, o colocou como coordenador de Curitiba, aonde se criou o IPPUC, e depois quando o Ivo Arzua virou Ministro da Agricultura do Brasil, levou o Reinhold Stephanes para ser o seu Vice-Ministro. E ali ele começou a sua carreira, já tendo sido por quatro vezes Ministro do Brasil, aonde dirigiu o Trabalho, a Ação Social, a Previdência, a Saúde, agora a Agricultura e Pecuária do Brasil, pastas muito importantes. Aqui no Paraná foi Secretário do Ney Braga, da Agricultura, Presidente desse importante banco que o Paraná tinha, que era o BANESTADO, Secretário da Administração do Planejamento do Paraná, tem currículo. Mas o Reinhold Stephanes, eu sei, ele pretende ser candidato a reeleição de Deputado Federal.

Quero agradecer as gentis palavras do Presidente Lula com relação ao seu Ministro. E lamentar as declarações do Luiz Claudio Romanelli, dizendo que o Ministro não representa o PMDB do Paraná. Acho que ele representa muito bem, e pelo menos escuto dos meus colegas que estão muito satisfeitos com o seu trabalho e com a postura idônea, correta e competente que ele tem. Lamento, porque é um líder sem postura. Hoje particularmente, estávamos dentro da Sessão na CCJ - faço parte

da CCJ como suplente do Deputado Caíto - iria votar um projeto em desacordo com ele, achando que o projeto era constitucional, projeto do Deputado Ney Leprevost, sobre uma semana de prevenção ao câncer de mama. Como iria votar contra, disse que eu não poderia votar. Tudo bem.

Então, gostaria que ele prestasse conta da administração da COHAPAR, que todo mundo diz que não foi boa, que tem muita coisa errada, coisa sob suspeita, coisa que denigre a imagem do Paraná, empresas que tinham funcionários fantasmas, que não iam trabalhar, empresas que não executaram obras, e hoje está quebrada a COHAPAR. É isso que ele tem que explicar para nós. Como é que ele pode ser líder agindo dessa forma? Lamento ter esse líder, mas não sou eu que o escolho, nenhum de nós escolheu, mas ele é Líder do Governo aqui.

Mas o meu objetivo hoje, principalmente, é falar sobre o Presidente da República e agradecê-lo, mas também dizer que o Reinhold Stephanes é candidato a Deputado Federal. Muito obrigado. Acho que fui claro naquilo que falei, lamento as atitudes irresponsáveis, mas hoje é um dia de gratidão.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu não vou baixar nesse nível de discussão por conta que eu tenho respeito pelas Sras. Deputadas e pelos Srs. Deputados aqui nesta Casa, e por óbvio eu sempre manifesto as minhas opiniões de forma respeitosa, mesmo quando divergentes.

Quero pedir ao Presidente que faça o banimento das expressões que me são injuriosas, formuladas pelo Deputado que estava na tribuna. E ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero dizer que todos os meus atos e as minhas atitudes, inclusive na gestão da política habitacional do Estado do Paraná, foram aprovadas pela opinião pública, em função até da votação que recebemos nas eleições de 2006, com os 82 mil, 666 paranaenses que votaram. Integro a CCJ na condição de Deputado Estadual do PMDB e também como Líder do Governo. O nosso partido tem quatro integrantes na CCJ: os Deputados Caíto Quintana, Artagão Júnior, Nereu Moura e este interlocutor que vos fala. Muito bem, os quatro estavam presentes. Não posso ser atacado na tribuna por ter participado, por conta do mau humor do Deputado em relação às declarações dadas pelo Presidente da República, e porque falei em nome do meu partido num termo específico que envolve sucessão de 2010. Temos feito um trabalho dentro da nossa bancada bem articulado e é assim que vamos continuar fazendo e falando.

Lamento profundamente esta atitude. V. Exas. que julguem o comportamento das pessoas.

Isto aqui não é Câmara de Vereadores de Curitiba. Com o devido respeito que tenho com a Câmara de Vereadores.

Muito obrigado.

**O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)**

Ouvi com muita atenção o pronunciamento do Deputado Stephanes Júnior.

Pediria a V. Exa., como Presidente, que fizesse a retirada de expressões que ofendem o nosso companheiro Luiz Claudio Romanelli. O Deputado Romanelli tem se comportado com muita clareza na Liderança do Governo, em todas as comissões onde tem atuado, com proficiência e competência.

Compreendo as posições do Deputado Stephanes Júnior, mas também não posso concordar com elas, porque são injuriosas em relação ao nosso companheiro.

O PMDB é esse arco-íris, de maneira diferente de se ver as coisas. Mas faria um apelo aos dois, para que, de maneira altaneira, como sempre fizeram, pudessem elevar o debate que todos travamos nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Solicitamos que sejam retiradas as expressões injuriosas a quem quer que seja, para que mantenhamos o respeito entre nós. Evidentemente que as questões políticas deverão ser debatidas como são nesta Casa, desde que não se ofenda quem quer que seja.

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)**

Como Líder do PT, gostaria de justificar a ausência da Deputada Luciana Rafagnin. Ela está em Brasília, no Encontro Nacional dos Prefeitos, e participa de audiência com os Ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, tratando de problemas que assolam os agricultores e função da estiagem.

Muito obrigado.

***Horário das Lideranças:*****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

No horário do Bloco PTB/PR, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

***Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)*****O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esse negócio de justificar as faltas deveria ter outro critério nesta Casa. Quem não veio ao plenário, não está no Plenário.

“Ah, mas está fazendo um outro trabalho!”

Que faça em outro horário. Plenário é sagrado, pelo menos pela falta de quórum que se vê muitas vezes aqui.

Então, queria deixar esse registro aqui. Acho que horário de plenário é sagrado e todo mundo tem que estar aqui. Bom, é uma questão, penso eu, que o trabalhador não pode faltar a um dia de trabalho, e acho que nós também temos que dar o exemplo.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria fazer um registro aqui, já fizemos nesta tribuna, a respeito da rodovia BR-277, trecho que liga Curitiba a Campo Largo. E ontem observamos uma situação que já havíamos nos referido aqui nesta Casa.

No dia 16 de agosto de 2007 fizemos uma indicação, que levou o nº 257/07, pedindo ao Governador Roberto Requião que determine, através da Secretaria dos Transportes, que a concessionária do pedágio, a Rodonorte, tome providências no sentido de resolver o problema na saída de Curitiba com Campo Largo, onde há um desnível de pista muito grande envolvendo as duas pistas. Você está indo no sentido Curitiba a Campo Largo, os senhores podem perceber, quem anda nessa rodovia, que existe um desnível muito grande, principalmente na saída de Curitiba. E ontem, por ocasião das chuvas, vimos um carro transpor aquela rodovia e descer em direção à pista contrária.

Há muito tempo que venho chamado a atenção da Rodonorte no sentido de se colocar naquela região as tradicionais proteções New Jersey, que se fala, que é aquela de concreto. Secretário Waldyr Pugliesi, V. Exa. que foi Secretário deste Governo, sabe do que estou falando.

Quando os senhores forem para Campo Largo, saírem de Curitiba, observem ali o desnível que há nas duas pistas. No momento em que um carro ultrapassar, cruzar de lado, não tem o que fazer o outro motorista, pode ser qualquer um dos senhores que está aqui e que andam nessa rodovia. Eu que vou diariamente a Ponta Grossa, vou e volto todos os dias, tenho acompanhado e me preocupo com isso. E ontem tivemos um acidente onde o carro tranpôs, acabou saindo de uma pista e veio para a outra, e acabou parando. Mas se fosse um carro maior, certamente passaria.

Então, é importante que além de ficarmos discutindo o preço do pedágio, temos que discutir quanto custa uma vida, e uma vida não tem preço. Quero mais uma vez fazer esse alerta aqui, para que medidas sejam tomadas, porque senão daqui a pouco alguém vai lembrar da fatalidade. Eu falei aqui, já no ano passado, nos locais onde a Rodonorte colocou essa proteção chamada New Jersey, que é algo especial, uma proteção muito especial, que diminuiu os acidentes, não teve mais perigo. E se o cara cometer um erro, tiver um acidente, ele bate e volta, não passa para o outro lado.

Então, fica aqui essa reivindicação, principalmente de quem viaja todos os dias por essa região de Campo Largo, na saída, na subidinha, é preciso fazer essa proteção. Eu sei que isso custa um pouco caro, muita gente não sabe, mas essas proteções têm uma base muito forte, até para conter a batida quando acontecer, ela tem a mesma profundidade para cima e para baixo para aguentar a pancada, pelo menos foi o que um engenheiro me falou.

Então, fica aqui esse pedido, acho que é algo importante a se fazer na rodovia. A rodovia está boa, eu sei que tem coisas boas na rodovia. Eu viajo desde o meu primeiro mandato, desde 1995, e sei como melhorou.

Tinha vezes que você levava quatro, cinco horas para chegar em Ponta Grossa. Às vezes você não conseguia andar, devido à neblina. Hoje também tem, mas tem bastante sinalização e você consegue andar bem, mas é preciso terminar esse serviço. Então, fica esse apelo aqui ao nosso Secretário Tizzot, ao Governador Requião e à Rodonorte.

Acho que essa é uma obra importantíssima a ser feita no que se refere a essa rodovia daqui até Campo Largo. É importante que a concessionária coloque este importante equipamento que pode salvar muitas vidas. O que não desejo é que num dia desses um caminhão, ou um ônibus, principalmente, venha a sofrer um acidente ali, e acidentes ocorrem. Temos que procurar evitar e, pelo menos, tentar diminuir o que possa ocorrer depois de um acidente. Ninguém está livre de um acidente, mas tendo mecanismos de proteção isso pode, claro, diminuir a tragédia. Então, volto a insistir aqui, acho que é uma questão de prioridade.

Os senhores lembrem-se do que estou falando hoje quando andarem naquela rodovia. Observem lá embaixo e os carros passando lá em cima, sem nenhuma proteção, o perigo que é. Lembrem que seus filhos, seus eleitores, seus familiares estão esperando em casa quando o senhor estiver voltando. Então, vamos pedir a todos que fazem parte deste Estado, seja ele a concessionária, o Estado, para que tome providências e dê prioridade na instalação dessa proteção nessa rodovia daqui a Campo Largo.

É esse o pedido que gostaria de fazer e pedir que as pessoas que têm a responsabilidade assim o façam, para evitarmos, mais tarde, uma tragédia. Nós que estamos todo dia na rodovia temos visto que isso realmente é um grande perigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PRB/PV; Democratas; PT; PSDB; PDT; PMDB; Bloco PPS/PMN.

(Todos declinam)

Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, quero lamentar profundamente o que aconteceu aqui neste plenário, hoje. Entendo que há uma divergência pontual. Entendo que as declarações que fiz, Deputado Pugliesi, em função das declarações feitas pelo Presidente Lula, sobre o tema sucessório do Paraná, possam ter ofendido um filho. Nunca faria uma declaração no sentido de desconstituir e desmerecer a figura do Ministro Reinhold Stephanes, com quem mantenho um relacionamento, já há muitos anos, cordial e respeitoso.

Ao mesmo tempo, é preciso dizer que as declarações do Presidente Lula, publicadas no último final de semana, vão de encontro àquilo que pretendemos. De encontro porque vão contra àquilo que pretendemos. Quando vai ao encontro é porque é em concordância. Então, vai de encontro, atropelando um processo de discussão havido no seio do PMDB do Paraná em relação a 2010.

Temos conversado com o Partido dos Trabalhadores no Estado do Paraná, temos conversado com a Bancada do PT, que nos dá sustentação política aqui nesta Casa, temos mantido um relacionamento importante e produtivo com o Governo Federal. No entanto, é preciso dizer: o Presidente Lula sinaliza fazer, buscar uma aliança, construir uma aliança como Senador Osmar Dias e indica o Ministro Reinhold Stephanes também como interlocutor. Além do Ministro Paulo Bernardo, que representa o PT.

Ao mesmo tempo, claro. V. Exas, conhecem a política. Está ali o Deputado Valdir Rossoni, Presidente do PSDB. O que fez o PSDB ontem pela manhã? Fez uma reunião, e aquilo que aparentemente deveria ser a construção daquela aliança que foi em 2006, o PSDB disse ontem: “Nós teremos candidatura própria”, à qual já se apresentou o Senador Álvaro Dias. E também se comenta a possibilidade do atual Prefeito de Curitiba, Beto Richa, vir a renunciar a Prefeitura e se candidatar a Governador.

O PMDB tem como interlocutores do Paraná, todos os seus integrantes. Mas, o Presidente da República, quando quer falar sobre política em relação a 2010, aqui no Paraná, pelo menos ele tem três interlocutores além do Ministro Stephanes que ele tem que considerar. Em primeiro, o Governador Requião; em segundo, o Vice-Governador Orlando Pessuti; em terceiro, o Presidente Estadual do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi.

Este é o entendimento nosso. Neste sentido, Em nenhum minuto para desmerecer ou desfazer da figura do Ministro Stephanes.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Romanelli, concede-me um aparte?

(Assentimento)

Li a entrevista do Presidente Lula, o repórter fala o nome do Osmar Dias para ele. Ele perguntou: “O que o senhor acha do Osmar Dias?” Como é que ele responde? Responde como magistrado, que uma aliança com o PDT, que faz parte da base de sustentação do Governo e o PMDB. O principal interesse do PT nacionalmente, hoje, é uma aliança como PMDB. Haja vista a eleição do Senador José Sarney, contra inclusive o candidato do PT.

Então, acho que a fala do Presidente Lula deve ser entendida dessa forma. Ele respondeu ao repórter, citou o nome do Senador Osmar Dias e fez uma postura de aliança geral com o PDT e com o PMDB, e citou o Ministro do PMDB, que faz parte do seu Governo. Acho que deveria ter citado Orlando Pessuti, o Governador Requião.

Mas, acho que não devemos valorizar tanto a fala e ver o contexto que aconteceu essa fala. Apesar, é claro, que a imprensa que explorar supostas contradições. Isso é um papel da imprensa, principalmente a imprensa do Estado do Paraná, que o senhor conhece tão bem.

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Obrigado, Deputado.

O fato concreto qual é? Não estou aqui desmerecendo a figura do Senador Osmar Dias, muito pelo contrário.

O PSDB disse ontem: “Vamos ter candidato a Governador”. Que fez isso foi o Presidente Lula, com a declaração dele. Não fui eu que fiz essa mudança de eixo da política. E poderemos ter, nesta entrevista do Presidente Lula, um grande divisor de águas. Ou alguém diverge aqui do que estou falando? Acho que ninguém, por mais que não concorde comigo.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Quero endossar as suas palavras. Também fiquei irritado. Para mim o atropelo, na verdade, é nosso partido. Quem decide aqui no Paraná somos nós. E o que o Presidente da República quer é agregar, ele mesmo, a candidatura do seu sucessor em nível nacional. A sucessora seria a Ministra, candidata declarada. E com isso, realmente gerou um constrangimento enorme para nós. E nós estamos tratando aqui no Paraná da candidatura do Orlando Pessuti, que nem sequer foi citado. Isso nos irritou e espero que o PT respeite. Temos de tratar com intenções de partidos, não de pessoas. Indicar aqui quem é o candidato, é demais para o nosso partido.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço, Deputado Dobrandino.

Deputado Péricles, lembro de um episódio, V. Exa. estava lá, quando nos reunimos em 2006, no 2º turno, e fizemos aliança primeiro entre PMDB e PT, e o PMDB representado à época - o Deputado Dobrandino estava em Foz do Iguaçu e tinha uma certa divergência - representado por mim como Secretário Geral e pelo Vice-Governador Orlando Pessuti. Depois, no palanque, quem estava? O Vice-Governador Orlando Pessuti, também nós. Mas o fato concreto é o seguinte - ele sabe quem que é interlocutor no Estado - Senador Osmar Dias, não tenho dúvida, forma um palanque forte no Estado, a Ministra Dilma, que já é candidata do PT - o PT quer fazer aliança com o PMDB nacional, quer fazer no estado, reconheçamos, começou mal, essa conversar foi ruim, sinceramente foi ruim.

**O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Nobre Deputado Romanelli, a alta temperatura hoje aqui entre V. Exa. e o Deputado Stephanes já dá uma pequena amostra do clima acalorado que vai ser a eleição do ano que vem para Governador.

Apenas gostaria de lembrar que não são os Coroneis da política que vão eleger o novo Governador. Não se pode subestimar a força do povo.

Então, estou vendo muitos graúdos da política resolvendo quem é que deve ser Governador, se esquecendo da grande força que é o povo, nobre Deputado Romanelli.

Muito obrigado pela gentileza do aparte.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Obrigado, Deputado Belinati. V. Exa. tem razão. Temos que ouvir as ruas, o povo é quem tem que falar.

O fato concreto, Sr. Presidente, quero apenas concluir, a importância que hoje, nesta Casa, nós demos a entrada com apoio de mais de 37 Parlamentares, de uma PEC extremamente importante que eu espero que seja votada no mais curto espaço possível. Foi apresentada pela bancada de apoio ao Governo nesta Casa e também apoiada e subscrita por muitos dos integrantes da Oposição. É uma PEC que garante que as empresas que receberem incentivos e benefícios fiscais e creditícios, também de crédito, será outorgado às empresas que assumam o compromisso de ampliar ou manter postos formais de trabalho.

Tem essa discussão desse princípio constitucional que será insculpida no artigo 147-A, é um princípio constitucional que seguramente vai ser um grande instrumento para que possamos manter os empregos formais no nosso Estado, que são oferecidos pelas empresas que recebem e recebem incentivos e benefícios fiscais no nosso Estado.

Ao mesmo tempo, claro, haverá necessariamente, por conta da diversidade de se fazer, Presidente Nelson Justus, também se trabalhar, falei com o Governador Requião na manhã de hoje, embora esse princípio constitucional seja autoaplicável, também vai ser seguramente necessário que, por conta da diversidade e do tamanho da crise, que possamos também trabalhar na legislação infraconstitucional, definindo também outros procedimentos que poderão ajudar as empresas a manter esses empregos.

Nós temos que ter instrumental, o Paraná tem que ter uma política de manutenção e ampliação dos empregos. Penso que o mês de janeiro, Deputado Welter, apesar daqueles que queriam o caos, temos que reconhecer, não foi um janeiro tão difícil assim.

Ainda hoje conversava com o Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, e falávamos de um tema que foi levantado aqui nesta Casa, ontem, pelo Deputado Douglas Fabrício, preocupante, da crise na agricultura. E aí eu lembrei o Secretário Valter Bianchini: primeiro, felizmente já houve uma reação no preço das commodities, especialmente da soja e também das outras commodities, que subiu



o preço, ao mesmo tempo como houve uma recuperação, especialmente da soja, a soja em muitas das regiões do Estado nós tivemos uma questão que não foi tão ruim quanto se achava. Ao mesmo tempo a safrinha poderá ainda salvar a lavoura, ou seja, pelo menos a crise talvez não será tão grande se plantar rápido a safrinha.

O fato concreto é o seguinte: de agricultura eu não sou especialista, mas entendo de uma coisa que é emprego, e emprego nós só conseguimos gerar se tiver atividade econômica, se o Estado, de fato estiver explorando o máximo possível de cada um dos potenciais geradores que temos no Estado. O único segmento que há ainda uma preocupação muito grande é do setor exportador, de alguns segmentos da exportação, porque outros já estão reagindo positivamente.

Eu ontem ouvia, Presidente Nelson Justus, e quero crer que aqui muitos também, a coletiva que concedeu o Presidente americano, Barack Obama. Estou admirado com ele, que fala dos temas como têm que ser tratados, ele verticaliza, ele aprofunda e, mais do que tudo, ele trata do tema, ele não é o politicamente correto, ele não trata dos temas como se tratava antes no neoliberalismo. Não, ele trata da questão dos investimentos que deve fazer o Estado num momento de crise. O Presidente Lula também corretamente faz esse discurso: “Vamos investir, Governos Estaduais invistam, Governos Municipais invistam nas atividades que possam gerar empregos.”

Deputado Jonas, V. Exa. vem de uma cidade que é a Capital do Vestuário, a nossa Cianorte, sabe muito bem, quase nada afetou o emprego em Cianorte, felizmente. Estamos indo relativamente bem, nós podemos ter as nossas políticas aqui e ir socorrendo setores que necessitem de apoio, amparo, de renúncia fiscal, de redução de imposto, temos que ser extremamente ágeis nesse aspecto. Ao mesmo tempo temos que ter capacidade de construir um modelo de desenvolvimento que não seja pautado, única e exclusivamente, no modelo do Brasil para os outros, do Brasil para exportação, embora também uma notícia boa para aqueles todos que torceram contra, e os que torceram a favor, e os que torceram sinceramente que pudesse acontecer.

V. Exa. Líder da Oposição, torceu a favor, Deputado Elio Rusch. Hoje pela manhã, bem cedo, 6h30 da manhã, começou a funcionar a draga que faz a dragagem do Canal da Galheta do porto de Paranaguá. Hoje tivemos já a draga funcionando, Deputado Elio Rusch. Veja V. Exa. que felicidade! Ao mesmo tempo com o caos, com o fechamento do porto de Itajaí, tivemos um crescimento muito grande da atividade econômica do porto de Paranaguá, que tem gerado também muita receita e, ao mesmo tempo, serviço para os trabalhadores portuários e para todos aqueles que lutam no porto. Além, é claro, dos operadores portuários, as empresas paranaenses, por conta é claro de uma tragédia, de uma desgraça que sucedeu com o Estado vizinho, estamos fortalecendo ainda mais a nossa economia.

Pois não, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. que é um dos que torcem para que haja a dragagem no porto de Paranaguá.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Eu torço que o Governo faça correto, aja dentro da lei, essa que é a verdade. E já que V. Exa. está falando essa grande notícia para a economia do Estado do Paraná, que iniciou a dragagem do porto de Paranaguá, é importante salientar aqui, para quem está nos ouvindo e assistindo, que faz seis anos que este Governo comanda o porto de Paranaguá. Então, V. Exa. amanhã poderia, como Líder do Governo, trazer todas as tratativas como foi feita a licitação da dragagem do porto de Paranaguá, toda a documentação, em que data foi lançado o edital, quais as empresas que participaram da concorrência. Nós aprovamos o início da dragagem.

O que nós queremos ver aqui é a transparência, que V. Exa. trouxesse toda a documentação para mostrar aos Srs. Parlamentares que o Sr. Governador e o Superintendente do porto agiram dentro da lei, obedeceram aos prazos. Porque vir aqui justificar, enaltecer-se de iniciar a dragagem depois de seis anos em regime de urgência, quer dizer, seis anos depois vem aqui o Líder do Governo dizer que tiveram que contratar uma empresa, emergencialmente, sem licitação, sem projeto, sem nada, e nós temos aqui a documentação! Me desculpe, Sr. Líder, eu sei como V. Exa. defende esse Governo, mas é difícil explicar para a população, depois de todo esse embróglio do porto de Paranaguá, diga-se de passagem aquele porto de Paranaguá é uma nuvem escura que está em cima do Estado do Paraná, e agora V. Exa. anuncia o início da dragagem.

Faço um apelo a V. Exa. amanhã, antes da Sessão, V. Exa. traz aqui o edital, as empresas que participaram da concorrência pública, para verificarmos como foi esse processo licitatório.

Obrigado, Deputado Romanelli.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço, Deputado Rossoni. Percebo que V. Exa. não ficou tão satisfeito assim com o início da dragagem do porto de Paranaguá. Percebi isso. Vou levar V. Exa. para ver a dragagem, é muito interessante para a economia paranaense.

Ao mesmo tempo, Deputado Rossoni, V. Exa. me chama atenção, já que está falando de seis anos atrás, vou trazer um documento aqui que vai estarrecer. Prometi que enquanto não houvesse o início da dragagem eu não trabalharia com esse tema. Mas vou trazer aqui umas histórias, que são havidas de um relatório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. V. Exa. não imagina, uma draga que tinha que ter dragado 15 milhões de m<sup>3</sup>, só tinha dragado 4 milhões e 400 e já tinha recebido 60% do contrato. Vou trazer o documento do Tribunal de Contas e gostaria que o Deputado Valdir Rossoni pudesse buscar as explicações sobre esse tema, 15 milhões era o total, 60% do contrato havia sido pago e

só tinham sido retirados 4 milhões e 400 mil m3 em 2002. É documento oficial do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Quero dizer que estamos fazendo essa dragagem do porto de Paranaguá, o Governo Federal já assumiu o compromisso de fazer a dragagem que vai aprofundar ainda mais o porto, vai aumentar o calado. E teremos, Deputado Valdir Rossoni, época de grande prosperidade. Vamos fazer com que a economia paranaense cresça. O porto de Paranaguá gerou US\$ 14 bilhões de receita cambial para o nosso País em 2008. Isso é o motivo de orgulho para toda sociedade paranaense, batemos todos recordes de crescimento de exportação.

Agradeço Sr. Presidente. Para concluir, fiquei muito feliz de ver a exposição, hoje, do Presidente da SANEPAR sobre as obras do PAC. Desculpe, felizmente...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

O Deputado Romanelli está falando há meia hora, já no Horário das Lideranças. E ele está abordando um assunto novo, que deveria abordar amanhã.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria apenas concluir, Deputado Elio Rusch, com a tolerância que lhe é peculiar, para dizer o seguinte: estamos rigorosamente, dentro do cronograma de obras na área de saneamento já investimos nesse período, de 2003 a 2008, R\$ 2 bilhões e 44 milhões em saneamento no Estado do Paraná, investimento, rede de esgoto, de água, estações de tratamento de água e de esgoto.

Sr. Presidente, concluo e agradeço a tolerância da Mesa que me concedeu uns minutos a mais, e também ao Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, pela compreensão. Certamente num outro momento saberei também compreender. Agradeço a todos os Parlamentares, especialmente ao meu Líder, Waldyr Pugliesi, pelo companheirismo e lealdade que lhe é peculiar, nunca me faltou e tenho certeza também que nunca faltará da minha parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, no horário da Liderança da Oposição, ao Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos, da maneira como ele achar melhor e acrescido do tempo que for necessário.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PŠDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Deputado Rangel, Deputado Mauro Moraes.

Até foi bom o pronunciamento do Líder do Governo, fez com que nós recordássemos - talvez aqui os Parlamentares possam recordar junto comigo - quantos pronunciamentos foram feitos aqui por Parlamentares falando sobre o porto de Paranaguá.

É importante recordar que por várias oportunidades, aqui desta mesma tribuna, incompreendidos pelo Líder do Governo, Deputado Douglas, nós apontávamos para um dos graves problemas do porto. Um, para não citar os outros, o Canal da Galheta.

O Canal da Galheta, para quem está nos vendo, nos assistindo, é por onde passam os navios, e dependendo do calado do canal é quanto o navio pode carregar. Hoje os navios estão saindo com a metade da carga, mas o custo para a economia do Estado do Paraná é o mesmo que se ele saísse com a carga completa.

Nós vínhamos, há vários anos cansativos, nos tornando o chato da tribuna, dizendo ao governo que precisava fazer um projeto do que é que teria que ser feito no porto de Paranaguá. Um projeto de impacto ambiental e o Governo, de jeito nenhum, não ouvia a Oposição, não falava com a Oposição.

Chegou a um ponto, Deputado Douglas, que eu no exercício da Liderança da Oposição, entrei na Justiça para obrigar o Superintendente do porto a apresentar um projeto do Canal da Galheta. Um projeto de impacto ambiental para que viabilizasse a licitação, ou melhor dizendo, a concorrência pública.

É claro, o Governador, com o poder que tem da "escolinha" e a facilidade - não é só da "escolinha" - mas da sua própria maneira de agir politicamente, de distorcer os fatos, foi na "escolinha" e me fez uma homenagem. Porque se ele estivesse satisfeito comigo, eu estaria triste. Fez-me uma homenagem dizendo que fez um funcionário, um Superintendente do porto citar meu nome, depois de várias vezes que ele insistiu, que eu era contra a dragagem do porto de Paranaguá.

Eu não acredito que Parlamentar inteligente, competente como o Deputado Romanelli, tenha caído nessa. Mas ele ali da tribuna, até pela forma com que ele se pronunciou, diz que eu não estou satisfeito com o início da dragagem do Canal da Galheta. Estou satisfeito com o início; não estou satisfeito é pela forma.

Para se gastar um dinheiro na dragagem do Canal da Galheta o Governo do Paraná teve seis anos para elaborar um projeto, para fazer a licitação e a concorrência pública, e agora o que ele fez? Contratou emergencialmente.

Posso deduzir que esse contrato de emergência, depois de seis anos, ele é ilícito, não prima pela transparência, não zela pela lei. Isso que é importante. Não interessa o que o Governo diz dos meus posicionamentos. Qualquer pessoa medianamente inteligente sabe que nenhum paranaense é contra a dragagem do porto. O que nós somos contra, depois de seis anos, é o contrato emergencial. Onde está o projeto? Por que um contrato emergencial se governaram seis anos? Quem governava lá era o próprio irmão do Governador, que teria que ouvir ainda mais o seu irmão.

O que o Governo do Paraná faz com o porto de Paranaguá, para quem entende um pouco de economia, para quem entende um pouco de exportação, não é para menos que o Governador é homenageado em Santa

Catarina com o título de Cidadão, porque ele é o melhor Secretário de Indústria e Comércio de Santa Catarina! Porque nós paranaenses, e muitos paranaenses como eu pegamos as nossas mercadorias no porto de Itajaí nesta enchente. Pela inoperância, pela incompetência, pela falta de administração no porto de Paranaguá.

É importante que os paranaenses saibam que se iniciou, sim, a dragagem do porto, que todos os paranaenses são favoráveis. A forma é que está equivocada, porque se esse governo tivesse começando ontem e a situação do Canal da Galheta estivesse como está, justificaria uma contratação de emergência. Mas esse Governo não começou ontem, esse governo parece que começou no século passado, de tão ruim que é.

Outro dia me perguntavam, Deputado Douglas: “O que fazer para que esse Governo melhore?” Rezar para que termine ligeiro.

#### **O Sr. Douglas Fabrício (PPS)**

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. por diversas vezes foi à tribuna, inclusive chegou a pedir para que Deputados fossem a Paranaguá para conhecer, ver a situação com relação ao porto de Paranaguá, denúncias, escândalos que tenham acontecido que o Governo sempre deixou passar. Todas as vezes que se pronuncia alguém e vai falar de um assunto que o Governo não gosta, a primeira coisa que eu vejo o Líder do Governo fazer é usar a tribuna dizendo assim: “Em 1 mil 900 e não sei quanto, era não sei quem”. Puxa lá do passado, e eu nem era Deputado aqui, o Marcelo Rangel não era e outros não eram, puxa para esconder, puxa aquela cortina para esconder.

Também não entendo de porto, mas nessa semana que passou eu estive conversando com lideranças e com agricultores da minha região e as dificuldades da seca, ontem, até propusemos aqui que nós, enquanto Parlamentares, nos mobilizemos para ajudar nessa solução, ajudar com relação aos problemas da seca e com relação aos produtores rurais, e eles reclamando também da questão do porto de Paranaguá.

Ouçó alguém dizer: “Mas o porto teve um lucro, tem um dinheiro sobrando, tem um monte de dinheiro, é dinheiro que não acaba mais.” Pode ser até que o porto tenha algum dinheiro, mas isso se refere ao prejuízo que os produtores sofreram e o povo do Paraná sofreu por causa desse desmando.

Chegou numa situação tão grave, tão grave, que não teve mais jeito, teve que contratar de emergência uma empresa para resolver o problema. Quanto será que essa empresa está ganhando? Vai sair muito mais caro ainda e tem que ser feito, temos que concordar em fazer, que se não fizer vai ser ainda pior. Deixou num nível tão ruim que vai pagar muito mais caro com o dinheiro do povo do Paraná, e todos nós sofremos com isso.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, mais uma vez!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concedo aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Rossoni, fizemos realmente vários pronunciamentos dessa ordem a respeito do porto de Paranaguá e eu gostaria também de discordar da opinião do Deputado Romanelli, que falou que a Oposição estava torcendo contra a dragagem. Pelo contrário, quem parece que estava torcendo contra era o próprio Governo, porque nós solicitamos essa dragagem, e não só isso, mas falamos sobre a iluminação, falamos sobre o sistema de informatização da Siemens, que me parece que está com problemas graves e dá a impressão que é aquela balança de malandro, que vai dar um pouquinho a mais, ou um pouquinho a menos. É esquisito o sistema de informatização do porto de Paranaguá.

Também falamos sobre o policiamento do porto e, na semana passada, a Polícia Federal fez uma apreensão recorde de 4 toneladas no porto de Paranaguá e estamos pedindo Polícia Militar dentro do porto.

Então, estamos fazendo essas cobranças há muito tempo, e gostei muito da sua solicitação a respeito de nós procurarmos, através de requerimentos, solicitamos o contratado de licitação com a dragagem e também fazer outros requerimentos, como fiz a respeito do contrato de licitação do ferry boat de Guaratuba. Achei muito esquisito, porque de novo eles renovaram o contrato por mais cinco anos e ainda continua o mesmo serviço e os mesmos problemas de filas lá em Guaratuba.

Então, vamos receber todas essas informações e vamos debater muito aqui na Assembleia Legislativa. Agradeço pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

E por falar em porto, poderíamos falar aqui do terminal de álcool, que eles construíram o terminal de álcool, gastaram uma fortuna e, antes de usar, tiveram que reformar. Disso não se fala.

Agora, Deputado Romanelli, V. Exa. vive de saudades. Traga os documentos, porque preciso ter conhecimento, pois sou Parlamentar, sou fiscalizador. Depois de seis anos um contrato emergencial na dragagem do Canal da Galheta... só Papai Noel acredita no que V. Exa. está falando.

### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do Deputado Luz Claudio Romanelli, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados; à Diretoria Legislativa, para providências.**

Ofício nº 002/09-Interno, subscrito pelo Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, comunicando que, em virtude de compromissos com lideranças políticas de oito Municípios da região do Vale do Ivaí precisou ausentar-se das Sessões Plenárias no dia 04/02/09. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 11/02/09, pelo motivo de estar convocado pela Executiva Nacional do PRB em Brasília, para participar da 1ª Reunião com os Presidentes Estaduais do PRB no Brasil-2009. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 075/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, que seja destinado 05 (cinco) unidades da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 076/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, com apoio do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, que estenda o prazo para regularização dos diplomas do Programa da Capacitação para Docentes ofertados pelo IESDE/VIZIVALE aos professores concursados para a rede estadual de ensino. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 077/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares para o Município de Anhy, através do Programa de Transporte Escolar - PTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 078/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de fornecimento de três ônibus escolares para o Município de Campo Bonito, através do Programa de Transporte Escolar - PTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 079/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Secretaria de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de fornecimento de cinco ônibus escolares para o Município de Diamante do Sul através do Programa de Transporte Escolar - PTE. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 080/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a construção de um observatório ecológico no Parque Estadual de Vila Velha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 081/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a reativação do elevador de furas no Parque Estadual de Vila Velha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 157, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência em plenário no dia 09/02/09, devido a compromisso assumido no Município de Cascavel, na abertura do Show Rural COOPAVEL. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 257/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que denomina a Cidade de Cianorte como Capital do Vestuário. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 257/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Município de Cianorte, Estado do Paraná, denominado como Capital do Vestuário.

§ 1º Esta denominação servirá de referência de identificação do Município de Cianorte, em razão das indústrias de confecção de vestuário que possui.

§ 2º A referida denominação passará a fazer parte do Calendário de Eventos Comerciais, Industriais e Turísticos do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/02/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 271/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no Estado do Paraná às pessoas portadoras de deficiência que utilizem cadeiras de roda. **Aprovada. (Publ. no DA nº 069 /08, de 17/06/08, em Projetos de Lei).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 417/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a assegurar atendimento prioritário na rede pública estadual de saúde aos pacientes com idade igual ou superior a 60 anos e dá outras providências. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 417/08  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Em complemento a Lei Federal nº 10741/03 (Estatuto do Idoso) em seu artigo 3º, parágrafo único, I; aos pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, fica assegurado, além do atendimento emergencial prioritário - a realização de consultas e exames médicos dentro do prazo máximo de até 07 (sete) dias, contados da data do agendamento.

Art. 2º Os entes envolvidos darão a máxima publicidade, na medida de suas possibilidades, ao conteúdo desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04/02/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
TERUO KATO - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 436/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a obrigatoriedade de placas de sinalização, indicando hospitais nas rodovias estaduais e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 126/08, de 27/10/08, em Projetos de Lei).**

## 2ª Discussão

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/08, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o Instituto Vida Digna e Solidária - INVIDAS, com sede e foro no Município de Piraquara. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de janeiro de 2009, Resolução nº 003/04. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga a afixação de placas em farmácias e drogarias com a identificação e horário de atendimento do técnico (farmacêutico) responsável. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM e CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 062/08, de 04/06/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 248/08

#### P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo obrigar a afixação em farmácias e drogarias, de placas contendo o nome, o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia e o horário de atendimento do técnico (farmacêutico).

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,  
TURISMO E MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 248/08

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 248/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno que tem por objetivo obrigar a afixação em farmácias e drogarias com a identificação e horário de atendimento do técnico farmacêutico responsável.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois com o aumento de farmácias, há um aumento da necessidade de fiscalização.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18/08/08.

(aa) TERUO KATO - Presidente  
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 248/08

P A R E C E R :

Em análise à matéria apresentada pelo nobre Deputado Edgar Bueno que estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas em farmácias e drogarias contendo o nome, o número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia e o horário de atendimento do técnico-farmacêutico responsável, temos a informar:

O projeto em questão analisado nos termos da Lei Complementar nº 095/98, está em desacordo com a técnica legislativa, pois a mesma não admite traço, hífen ou quaisquer outros caracteres após a enumeração dos artigos ordinais.

Outrossim, vuslumbra-se que atendidos os preceitos constitucionais, legais e é matéria de competência concorrente do Estado, como rege a Constituição Federal.

Esta comissão é favorável ao trâmite regimental deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10/06/08.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
STEPHANES JÚNIOR - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino, nos casos de violência contra crianças e o adolescente no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 134/08 de 11/11/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 489/08

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edgar Bueno, tem por objetivo obrigar os estabelecimentos de ensino do Estado a encaminhar notificação de casos de violência contra a criança e o adolescente à autoridade policial competente e ao Conselho Tutelar da localidade, acompanhada de atestado emitido pelos profissionais de educação que detectaram a ocorrência, determinando que tudo seja feito sob absoluto sigilo.

**Fundamentação**

Inicialmente, devemos observar o artigo 227 da Constituição da República, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar os direitos da criança e do adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifos nossos)

Quanto à competência para legislar, devemos observar o artigo 24 da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre proteção à infância e ao juventude:

Art. 24 *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

(...)

XV - proteção à infância e à juventude;

(...)

§ 1º *No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.*

§ 2º *A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.*

§ 3º *Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.*

§ 4º *A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.* (Grifos nossos)

E o que seria legislar de forma suplementar?

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho<sup>1</sup>, forma suplementar é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”. Assim, a União deve estabelecer normas gerais e os Estados podem legislar de forma suplementar, complementando as normas da União, mas não invadindo sua competência. Desta forma, caso haja norma federal que aborde o assunto em questão o Estado possui competência para legislar de forma suplementar, caso contrário possui competência plena para legislar sobre o assunto.

A União já abordou matéria semelhante através da Lei nº 8069 de 13/07/90, (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ocorre que tal lei não prevê a notificação compulsória de maus tratos a crianças por parte dos estabelecimentos de ensino. Desta forma, ao propor o presente projeto, o Parlamentar Estadual está exercendo a competência concorrente para legislar de forma suplementar, complementando a norma geral elaborada pela União, fato que reveste o mesmo de constitucionalidade.

Ainda, quanto à iniciativa para propor o projeto, o artigo 65 da Constituição Estadual determina que qualquer membro da Assembléia Legislativa pode iniciar Leis Ordinárias e Complementares:

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed. Saraiva, p.61

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição (Grifo nosso)*

Ressalte-se que a matéria versada não é atinente ao campo da educação, não se enquadrando, por conseguinte, no rol taxativo de competências privativas do Chefe do Poder Executivo Estadual. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa.

Ademais, o presente projeto, ao objetivar a notificação compulsória pelos estabelecimentos de ensino, põe em prática do disposto no artigo 227 da Constituição Federal, norma esta de ordem pública e, portanto, bastante legítima.

Além disso, quanto a técnica legislativa, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que trata da elaboração das leis.

#### **Conclusão**

Diante do acima exposto, diante da constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17/12/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 183, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para ser enviado à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, para receber análise e parecer. **Aprovado.**

**O projeto será remetido à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, para que receba o respectivo parecer.**

#### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 146, de expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero tomar a liberdade de encaminhar o requerimento do eminente Deputado Luiz Eduardo Cheida, no sentido de que na minha opinião, embora eu concorde com o teor do requerimento, mas na minha opinião não cabe a esta Casa recomendar voto a um Senador da República, por distinta que seja a posição política dele, tem ele a responsabilidade de representar o Estado. É diferente de nós recomendarmos uma discussão, ou encaminharmos uma discussão com Senadores nesse sentido. Na minha opinião, em nome da Assembléia aprovar um requerimento em nome de todos os

Deputados para que o Senador vote desta ou daquela forma, acho que não é muito adequado à nossa função, não enquanto Parlamentares, mas enquanto representação política institucional desta Casa.

Por isso sou contra, não ao teor do requerimento, mas sim à forma de fazermos aqui a aprovação do requerimento para que um Senador vote desta ou daquela maneira. O Deputado Cheida me entende.

Poderíamos fazer um outro encaminhamento. Como não focaria bem um Senador aprovar um requerimento, recomendando esta ou aquela posição de qualquer Parlamentar aqui sobre este ou aquele projeto.

Portanto, acho que não deveríamos aprovar o requerimento do Deputado Cheida, embora, repito, sou favorável ao teor do requerimento, mas não à destinação dele.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Em nenhum momento aqui pretendi ou pretendo constranger os Deputados desta Casa.

Acredito que o Deputado Zucchi entendeu bem a minha preocupação, tanto é que expressou aqui que concorda com a discussão, a restrição de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Zucchi, compreendo suas posições e respeito.

Deixo completamente à vontade os Deputados, vou solicitar que o documento seja colocado em votação. Vou votar favoravelmente, mas não pedirei aos demais Pares que façam o mesmo.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Não há nenhum indicativo de obrigatoriedade de votar. mas é importante que os Senadores do Paraná tenham conhecimento de qual é a manifestação desta Casa.

Estamos tratando de Lei de Responsabilidade Fiscal. Diga-se de passagem, foi uma das melhores leis aprovadas neste País.

Há um posicionamento desta Casa, por isso votarei favorável ao requerimentos do Deputado Cheida.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) **(Para Encaminhar)**

Quando trabalhava no SEBRAE já ouvia dizer da importante Lei de Responsabilidade Fiscal. E mesmo assim ainda temos problemas.

Nossa Casa deve se pronunciar. Voto favorável com o Deputado Cheida.

Muito Obrigado.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) **(Pela Ordem)**

Sou favorável de tirarmos uma posição aqui contra qualquer alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é contrária a qualquer alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal, por entender que é uma lei importante para o País.

O que não acho certo é que, na esteira desse pensamento, recomendamos o voto para os Senadores e Deputados.

Agora, à posição da Assembléia eu sou favorável. É só esse o entendimento.

Obrigado.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Veja só, essa temática acabou de dar entrada no Congresso Nacional, e emitir juízo imediato acerca disso, eu pessoalmente, por que não discutimos as mudanças que se propõe na Lei Fiscal? Eu sei que o Governo está anunciando medidas para postergar o pagamento das dívidas do INSS para 240 meses. Talvez a flexibilidade na Lei Fiscal da proposta seja no sentido de permitir que os Prefeitos possam, esse segmento, eu não conhecia a proposta totalmente, por isso que seria bom debatê-la para emitirmos um juízo político no sentido de votar favorável ou contra.

A visão do Governo Federal é a de cumprir a Lei Fiscal. Ela é elogiada por todos os dirigentes de partidos. Agora, a alteração, o que está se mexendo, de fato, o que está se flexibilizando? Sei que tem medidas que vão ser anunciadas no evento dos Prefeitos no dia de hoje, que será postergada para pagar dívidas da Previdência para os Municípios do País inteiro para 240 meses. agora, se isso tem implicação com a Lei Fiscal, eu não tenho essa certeza. Teríamos que emitir um juízo a partir de uma Audiência Pública sobre o tema. Essa é a minha opinião, sem querer criar constrangimento ou induzir algum Senador a votar favorável ou contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Está em votação o requerimento do Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Esclareço a V. Exas. que o requerimento, sendo aprovado, ele seria capeado por um requerimento da própria Assembléia que, de maneira alguma, poderia criar algum tipo de embaraço a quem quer que seja. O objetivo apenas é o de dar opinião da Assembléia, favorável ou não, à Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se de uma flexibilização da própria lei e que é importante. Há muito dirigente do próprio Governo do Estado que é contra essa Lei de Responsabilidade Fiscal. É bom que vocês tomem conhecimento. Nós conhecemos alguns economistas que acham que ela trouxe embaraços e alguns exageros aos Prefeitos. Mas, infelizmente, com todo o rigor dessa lei, temos assistido Prefeitos que têm feito algumas barbaridades com a Lei de Responsabilidade Fiscal e tudo.

Então, encerro a discussão e acho que esta Casa não desmereceria em nada qualquer tipo de Senador ao enviar-lhes uma correspondência, protocolar e respeitosa. Mas, encerro a discussão e coloco em votação.

Srs. Deputados que são favoráveis ao requerimento do Deputado Luiz Eduardo Cheida, permaneçam como estão. Os que forem contrários, queiram se manifestar.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

O meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Registro o voto contrário do Deputado Augustinho Zucchi, e do Deputado Elton Welter.

O requerimento está, portanto, **aprovado**.

Requerimentos nºs 176 e 177, de autoria do Deputado Péricles de Mello com apoio do Deputado Professor Lemos; constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 155, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 184, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Douglas Fabrício, Fernando Scanavaca, Ademar Traiano e Elio Rusch, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado**.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar pela aprovação. Não vou nem pedir para discutir, porque fiz um acordo com o Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch, no sentido de aprovar tanto este requerimento quanto o outro. Estão bem formulados, atendem ao preceito regimental e somos favoráveis a que eles possam ser respondidos. Na verdade, não precisava nem ser pedido de informação, um deles dá para consultar o Diário Oficial, que é eletrônico. Por óbvio, é um pedido muito pertinente, que será bem respondido pela SEAD.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado**.

Requerimento nº 185, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Geraldo Cartário, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Ademar Traiano e Fernando Scanavaca, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado**.

Requerimento nº 175, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.



Requerimentos nºs 161 e 162, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 159, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 169 a 172, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 173 e 174, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 154, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 155, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 156 e 168, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 163 e 164, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Edson Strapasson, Dr. Batista e Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 188, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

É que consta aqui na minha pasta pelo menos um requerimento, que pensei que V. Exa. fosse incluir na votação, que é do convite feito ao Ministro Paulo Bernardo para vir a esta Casa falar sobre os investimento do Governo Federal por meio do PAC.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nós encaminhamos à Mesa Executiva por se tratar de um convite.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Perfeito.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 052, 320, 466 e 535/08 e do Projeto de Resolução nº 001/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 248/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/08.

Levanta-se a Sessão.

